Demonstrações Financeiras

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESTAQUES

Desempenho 2017x2016: Primeiro lucro líquido da Companhia

- **Receita Operacional Líquida** de R$1.784 milhões em 2017, representando um crescimento de 28,0% em relação a 2016;
- **Crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes** acelerou para 13,8% em 2017, 390 *bps* superior a 2016;
- **EBITDA Ajustado**[1] de R$211 milhões em 2017, crescimento de 57,4% em comparação a 2016, suportado pelo forte crescimento de vendas e eficiência de custo;
- **Margem EBITDA Ajustada** cresceu para 11,8% em 2017, comparado a 9,6% em 2016;
- **Lucro Líquido** de R$4 milhões em 2017, comparado a um prejuízo de R$94 milhões em 2016, representando o primeiro ano de lucro líquido da Companhia desde sua constituição em 2011;
- **Abertura total de restaurantes** de 108 em 2017 (sendo 64 próprios), o que fez o sistema atingir um total de 697 restaurantes.

Destaques financeiros - R$ Milhões (consolidado)	2017	2016	Var.
Receita operacional líquida	1.783,8	1.393,3	28,0%
EBITDA Ajustado[1]	210,7	133,9	57,4%
% da receita operacional líquida	*11,8%*	*9,6%*	*220bps*
Lucro líquido	3,8	(93,5)	-
Dívida bruta	485,7	608,0	-20,1%
Dívida líquida	(706,3)	275,3	-
Patrimônio líquido	1.617,2	540,3	199,3%

*Para o cálculo do EBITDA ajustado são desconsiderados: despesas com depreciação e amortização, resultado com baixas do imobilizado, resultado com sinistros, custos com plano de compra de opções de ações e despesas com aquisição e incorporação

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 representou um marco relevante na história do BURGER KING® no Brasil. Realizamos a Oferta Pública Inicial de ações na B3 em 18 de dezembro de 2017. Os recursos captados nos permitirão continuar com o nosso robusto crescimento, implementar novos serviços e inovações tecnológicas visando incremento de vendas e margem, assim como analisar novas oportunidades na indústria.

Em termos operacionais, no ano de 2017 mantivemos nosso forte ritmo de expansão nacional, com a abertura de 108 restaurantes, posicionando a marca em todos os Estados do País. Nossos resultados mantiveram a tendência de forte crescimento de vendas e ganho de rentabilidade, provando mais uma vez a nossa capacidade de execução combinada com o rígido controle de custos e alavancagem operacional. Durante 2017, a Companhia alcançou uma receita operacional líquida de R$1.784 milhões (+28,0% versus 2016), suportada por um crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes de 13,8%. Tal crescimento de vendas comparáveis, que acelerou em relação a 2016 (9,9%), foi reflexo do nosso contínuo aumento de preferência de marca, que pode ser em parte atribuído a um maior nível de satisfação dos clientes, um aumento da velocidade de serviço, e pelo nosso ativo calendário de marketing com destaque para as campanhas: “2 por R$15”, Grill Dog, Costela, Épicanha, Mega Stacker Atômico, *Halloween* e *Black Friday*.

Em termos de rentabilidade, alcançamos um EBITDA ajustado de R$211 milhões que representou um sólido crescimento de 57,4% versus 2016 e uma margem EBITDA ajustada de 11,8% (+220 *bps* versus 2016), demonstrando novamente a forte alavancagem operacional da Companhia e um rígido controle de custos. Adicionalmente, 2017 foi marcado como o ponto de inflexão para a Companhia em termos de lucro líquido. O BK Brasil alcançou lucro de R$4 milhões, comparado a um prejuízo de R$94 milhões em 2016, beneficiando-se principalmente de um forte resultado operacional e financeiro, devido a menor alavancagem financeira e menores taxas de juros.

Buscando nos consolidar como a marca de *fast food* preferida e mais rentável do Brasil, implementamos também em 2017 uma robusta e moderna plataforma de software de PDV (ponto de venda), que nos possibilitou a integração de novos canais de vendas para nossos clientes, como o serviço de *delivery* que já está presente em mais de 40 restaurantes. Estamos também em processo de finalização da aquisição de um franqueado com um total de 51 restaurantes BURGER KING® e 20 quiosques de sobremesas. A combinação dessas iniciativas, com nossa contínua expansão de novos restaurantes e com a manutenção de um ritmo de crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes acima da média do setor, nos traz a confiança de que manteremos uma sólida performance operacional no ano de 2018.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Expansão da rede de restaurantes

Ao longo do 2017, o BURGER KING® abriu 108 novos restaurantes, dos quais 64 são restaurantes próprios e 44 são franqueados. Considerando apenas restaurantes próprios BK Brasil, líquidos de repasses (8 restaurantes) e fechamentos (10 restaurantes), a Companhia encerrou o ano com um total de 526 restaurantes próprios, um aumento de 46 restaurantes versus 2016. Quanto aos restaurantes operados por franqueados, o BURGER KING® finalizou o ano com 171 restaurantes. Assim sendo, o sistema BURGER KING® encerrou o ano de 2017 com um total de 697 restaurantes em operação no país.

Durante o ano de 2017 a marca conseguiu expandir sua presença geográfica de maneira significativa e passou a estar presente em todos os Estados do País. Para 2018, acreditamos ser possível manter o ritmo de desenvolvimento de novos restaurantes, com um grande foco em restaurantes (*free standing)* próprios nas principais regiões e cidades do país além de acelerar a abertura de novos quiosques de sobremesas.

Destaques operacionais	2017	2016	Var.
# Total de restaurantes	**697**	**601**	**96**
Restaurantes próprios			
# Restaurantes próprios inicio do período	480	419	61
Aberturas novos restaurantes	64	56	8
Fechamentos	(10)	(3)	(7)
Aquisições/ repasses* de restaurantes	(8)	8	(16)
# Restaurantes próprios fim do período	**526**	**480**	**46**
Restaurantes franqueados			
# Restaurantes franqueados inicio do período	121	112	9
Aberturas novos restaurantes	44	18	26
Fechamentos	(2)	(1)	(1)
Aquisições/ repasses* de restaurantes	8	(8)	16
# Restaurantes franqueados fim do período	**171**	**121**	**50**
Vendas comparáveis mesmos restaurantes	**13,8%**	**9,9%**	**390bps**

*Venda de restaurantes próprios para franqueados.

Receita operacional líquida

No ano de 2017, a receita operacional líquida atingiu R$1.784 milhões, representando um aumento de 28,0% em relação ao ano de 2016, enquanto o crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes acelerou para 13,8% adicionais à 9,9% em 2016. Acreditamos que isso se decorre das aberturas de novos restaurantes e maturação de unidades abertas em 2016, contínua consolidação da marca no País e da estratégia de marketing da Companhia.

Custo da mercadoria vendida e despesas com vendas

Em 2017, o custo de mercadoria vendida representou 38,6% da receita operacional líquida, um aumento de 80 *bps* comparado com 2016, decorrente de um ambiente desafiador e um consumidor mais sensível a preços e promoções. As despesas com vendas de restaurantes (excluindo depreciação e amortização) representaram 46,2% da receita operacional líquida, uma redução de 270 *bps* em comparação com 2016 devido à diluição de despesas fixas nos restaurantes.

Despesas gerais e administrativas totais

No ano de 2017, as despesas gerais e administrativas corporativas representaram 3,7% da receita operacional líquida, uma redução de 40bps versus 2016, refletindo a alavancagem operacional da Companhia e foco em eficiência. Essas despesas totalizaram R$66 milhões em 2017, um aumento de 15,6% devido a maiores despesas com pessoal em virtude de um incremento do time corporativo para suportar a abertura de novos restaurantes. As despesas gerais e administrativas totais atingiram R$95 milhões (+25,6% versus 2016), impactado por maiores despesas com baixa de ativos no 4T17.

EBITDA Ajustado[1]

Em 2017, o EBITDA ajustado apontou um aumento de 57,4%, crescendo de R$134 milhões para R$211 milhões. O crescimento do EBITDA ajustado se deu pelo aumento da receita operacional líquida, proveniente do aumento no número de restaurantes e de um forte crescimento de vendas comparáveis nos mesmos restaurantes, bem como pelo contínuo foco em controle de despesas.

Para o ano de 2017, a margem EBITDA ajustada foi 11,8%, 220 *bps* superior na comparação com o ano anterior.

EBITDA - R$ Milhões	2017	2016	Var.%
Lucro (Prejuízo) do período	**3,8**	**(93,5)**	**-**
(+) Resultado financeiro líquido	56,3	100,5	-44,0%
(+) Depreciação e amortização	119,7	103,4	15,8%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	5,2	7,7	-32,5%
EBITDA	**185,0**	**118,2**	**56,5%**
Margem EBITDA	*10,4%*	*8,5%*	*190bps*
(+) Outras despesas*	11,9	6,3	88,9%
(+) Custos com plano de opção de compra de ações (*stock option*)	5,5	0,3	-
(+) Despesas com aquisição e incorporação	2,1	2,8	-24,1%
(+) Despesas pré-operacionais	6,1	6,3	-1,9%
EBITDA Ajustado [1]	**210,7**	**133,9**	**57,4%**
Margem EBITDA Ajustada	*11,8%*	*9,6%*	*220bps*

** Considera baixas de ativo imobilizado (sinistro, obsolescência, resultado da venda de ativo e impairment).*

Lucro Líquido

No ano de 2017, a Companhia reverteu o prejuízo de R$94 milhões do ano anterior em lucro de R$4 milhões no período. O resultado de 2017 se provou um ponto de inflexão em termos de lucro líquido para a empresa, que pela primeira vez desde a sua constituição, em 2011, atingiu um valor positivo, refletindo a forte alavancagem operacional, rentabilidade do portfólio existente de restaurantes, redução de despesas financeiras e a não realização de despesas contábeis (não caixa) relacionadas as operações de aquisições de franqueados, as quais impactaram exercícios anteriores.

[1] O "EBITDA Ajustado" é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que corresponde ao EBITDA ajustado por despesas pré-operacionais, despesas com aquisições e incorporações e outras despesas, que na visão da Administração da Companhia não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Companhia incluindo: (i) baixas de ativo imobilizado (sinistro, obsolescência, resultado da venda de ativo e *impairment*); e (ii) custos com plano de opção de compra de ações (*stock option*).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM n° 381/2003 a ao Ofício Circular SNC/SEP n° 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2017, os auditores independentes (ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. (EY)), além dos serviços de auditoria externa, também prestou serviços adicionais referentes à emissão de Cartas Conforto, em conexão com o processo de abertura de capital, serviços de *due diligence* e de prestação de serviços tributários, que totalizaram R$1,6 milhão ou 76,4% do valor total contratado de serviços de auditoria externa.

A Companhia e suas controladas em conjunto adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contração de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia se fundamentem nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A EY declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 06 de março de 2018.

Diretoria

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....7
Demonstrações do resultado 8
Demonstrações do resultado abrangente.....9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstrações do fluxo de caixa 11
Demonstrações do valor adicionado 12
Notas explicativas às demonstrações financeiras 13

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidas da Companhia.

· Análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia deve testar anualmente o valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida, os quais estão representados pelos ágios (goodwill) apurados nas aquisições de subsidiárias e que totalizavam R$184.917 mil, na Controladora, e, R$202.083 mil, no Consolidado, representando 7,7% e 8,4% do total do ativo, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, sobre o qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições de mercado e econômicas esperadas, principalmente quanto o crescimento de vendas e dos custos, taxas de desconto, risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desses ativos, além das incertezas inerentes à determinação dos valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros (i) o envolvimento de especialistas em avaliações para nos auxiliar na revisão da metodologia e da modelagem, na avaliação das premissas e nos cálculos utilizados na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a razoabilidade entre os dados utilizados pela Companhia com dados comparativos de mercado, bem como verificar as fontes internas e externas dessas informações, além dos cálculos aritméticos dos modelos; (ii) análise das informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas, os valores de recuperação e as metodologias selecionadas, como também, análise da exatidão dos dados como: crescimento esperado da receita, custos operacionais, resultados, EBITDA e taxas de desconto; e, (iii) realização de testes sobre os custos que foram adicionados durante o exercício.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas considerados para a determinação do valor recuperável desses ativos intangíveis adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Building a better working world

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2017	2016	2017	2016
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**102.235**	253.445	**102.345**	256.920
Títulos e valores mobiliários	6	**1.073.900**	63.495	**1.073.900**	63.495
Títulos e valores mobiliários vinculados	6	**2.484**	1.846	**2.484**	1.846
Contas a receber de clientes, líquido	7	**60.958**	32.671	**60.958**	33.658
Instrumentos financeiros derivativos	32	**127**	-	**127**	-
Estoques	8	**39.743**	30.846	**39.743**	30.846
Impostos a recuperar	9	**22.448**	25.510	**24.993**	28.566
Pagamentos antecipados	10	**24.762**	8.712	**24.762**	8.712
Partes relacionadas	21	**2.162**	2.162	**-**	-
Demais contas a receber		**8.966**	4.789	**9.136**	4.957
Total do ativo circulante		**1.337.785**	423.476	**1.338.448**	429.000
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários vinculados	6	**13.285**	10.415	**13.285**	10.415
Impostos a recuperar	9	**17.282**	11.694	**17.282**	11.694
Depósito judicial	20	**26.537**	13.896	**26.566**	13.925
Demais contas a receber		**4.218**	3.432	**4.218**	3.447
Investimentos	11	**17.965**	56.887	**-**	-
Imobilizado, líquido	12	**695.647**	640.647	**699.642**	650.975
Intangível, líquido	13	**293.523**	249.825	**316.114**	309.006
Total do ativo não circulante		**1.068.457**	986.796	**1.077.107**	999.462
Total do ativo		**2.406.242**	1.410.272	**2.415.555**	1.428.462
Passivo					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**209.987**	602.919	**209.987**	607.973
Fornecedores e aluguéis a pagar	15	**138.953**	80.373	**138.997**	80.406
Salários e encargos sociais		**69.830**	56.028	**69.830**	56.028
Obrigações corporativas	16	**13.966**	20.598	**13.966**	20.598
Obrigações tributárias	17	**16.023**	10.234	**20.272**	15.717
Resultado diferido, líquido	18	**-**	9.000	**-**	9.000
Partes relacionadas	21	**74**	535	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos	32	**-**	356	**-**	356
Demais contas a pagar	19	**19.937**	9.536	**19.946**	9.538
Total do passivo circulante		**468.770**	789.579	**472.998**	799.616
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	**275.720**	-	**275.720**	-
Provisão para demandas judiciais	20	**6.221**	3.932	**6.221**	3.932
Obrigações tributárias	17	**28**	1.072	**5.113**	9.225
Parcelas contingentes às aquisições	4.1	**-**	45.983	**-**	45.983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30	**38.309**	28.789	**38.309**	28.789
Demais contas a pagar	19	**-**	597	**-**	597
Total do passivo não circulante		**320.278**	80.373	**325.363**	88.526
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**895.836**	1.506	**895.836**	1.506
Reservas de capital e plano de opção de ações		**915.722**	736.997	**915.722**	736.997
Prejuízos acumulados		**(194.364)**	(198.183)	**(194.364)**	(198.183)
Total do patrimônio líquido		**1.617.194**	540.320	**1.617.194**	540.320
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.406.242**	1.410.272	**2.415.555**	1.428.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação em Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Receita operacional líquida	**24**	**1.783.838**	1.351.730	**1.783.838**	1.393.284
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	**25**	**(687.871)**	(508.033)	**(687.871)**	(526.302)
Lucro bruto		**1.095.967**	843.697	**1.095.967**	866.982
Despesas operacionais					
Com lojas	**26**	**(934.188)**	(756.718)	**(935.209)**	(776.163)
Gerais e administrativas	**27**	**(95.374)**	(73.083)	**(95.450)**	(75.999)
Equivalência patrimonial	**11**	**(1.972)**	(4.216)	**-**	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		**64.433**	9.680	**65.308**	14.820
Despesas financeiras	**28**	**(83.428)**	(136.955)	**(84.689)**	(142.073)
Receitas financeiras	**29**	**28.039**	41.195	**28.425**	41.534
Resultado financeiro, líquido		**(55.389)**	(95.760)	**(56.264)**	(100.539)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**9.044**	(86.080)	**9.044**	(85.719)
Imposto de renda e contribuição social	**30**	**(5.225)**	(7.376)	**(5.225)**	(7.737)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**3.819**	(93.456)	**3.819**	(93.456)
Resultado básico por ação – em Reais	**23**	**0,00002**	(0,0007)	**0,00002**	(0,0007)
Média ponderada de ações	**23**	**158.476.527**	125.650.600	**158.476.527**	125.650.600
Resultado diluído por ação – em Reais	**23**	**0,00002**	(0,0007)	**0,00002**	(0,0007)
Média ponderada de ações	**23**	**161.307.427**	125.650.600	**161.307.427**	125.650.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.819**	(93.456)
Total do resultado abrangente, líquido de impostos	**3.819**	(93.456)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

			Reservas de capital					
Descrição	**Notas**	**Capital social**	**Capital social a integralizar**	**Reserva de capital (ágio na emissão de ações)**	**Custo de emissão de ações**	**Plano de opção de ações**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.132	-	549.750	(7.720)	-	(104.727)	438.435
Integralização de capital em 05/08/2016	**22**	12	-	9.650	-	-	-	9.662
Integralização de capital em 08/08/2016	**22**	362	(150.000)	349.638	-	-	-	200.000
Custo de emissão de ações 12/09/2016	**22**	-	-	-	(13.827)	-	-	(13.827)
Custo de emissão de ações 28/09/2016	**22**	-	-	-	(798)	-	-	(798)
Plano de opção de ações	**34**	-	-	-	-	304	-	304
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(93.456)	(93.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.506	(150.000)	909.038	(22.345)	304	(198.183)	540.320
Integralização de capital em 08/08/2017	**22**	**-**	**150.000**	**-**	**-**	**-**	**-**	**150.000**
Integralização de capital em 22/11/2017	**22**	**4.252**	**-**	**43.032**	**-**	**-**	**-**	**47.284**
Integralização de capital em 23/11/2017	**22**	**3.925**	**-**	**28.753**	**-**	**-**	**-**	**32.678**
Integralização de capital em 14/12/2017 - IPO	**22**	**886.153**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**886.153**
Custo de emissão de ações - IPO	**22**	**-**	**-**	**-**	**(48.578)**	**-**	**-**	**(48.578)**
Plano de opção de ações	**34**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.518**	**-**	**5.518**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.819**	**3.819**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**895.836**	**-**	**980.823**	**(70.923)**	**5.822**	**(194.364)**	**1.617.194**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**9.044**	(86.080)	**9.044**	(85.719)
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível (Notas 12,13, 26 e 27)	**118.753**	100.872	**119.697**	103.396
Provisões de bônus	**24.891**	17.843	**24.891**	17.843
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	**1.972**	4.216	**-**	-
Juros, encargos, variação cambial e monetária	**67.414**	67.639	**67.414**	67.639
Provisão para demandas judiciais (Nota 20)	**5.268**	2.188	**5.268**	2.188
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível (Notas 12,13 e 27)	**26.980**	3.627	**27.025**	5.022
Atualização de parcelas contingentes às aquisições não paga (Nota 28)	**9.527**	18.669	**9.527**	18.669
Custo com plano de ações (Notas 27 e 34)	**5.518**	304	**5.518**	304
Provisão para *impairment* (Notas 12 e 27)	**(4.627)**	1.049	**(4.627)**	1.049
	264.740	130.327	**263.757**	130.391
Variações em contas de ativos e passivos				
Contas a receber de clientes, líquidos	**(27.373)**	(7.398)	**(27.300)**	(5.593)
Estoques	**(8.897)**	(12.786)	**(8.897)**	(11.922)
Impostos a recuperar	**(2.209)**	(18.611)	**(2.015)**	(20.097)
Pagamentos antecipados	**(16.050)**	4.883	**(16.050)**	3.959
Instrumentos financeiros ativo	**(127)**	15.196	**(127)**	15.196
Partes relacionadas ativas	**-**	4.187	**-**	4.187
Demais contas a receber	**(17.559)**	757	**(17.591)**	3.245
Fornecedores e aluguéis a pagar	**58.580**	(432)	**58.591**	(4.021)
Salários e encargos sociais	**(11.089)**	(11.901)	**(11.089)**	(15.257)
Obrigações corporativas	**(6.632)**	(2.211)	**(6.632)**	(3.987)
Obrigações tributárias	**6.078**	(2.139)	**1.776**	(3.264)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**-**	(176)
Resultado diferido, líquido	**(9.000)**	8.754	**(9.000)**	8.754
Partes relacionadas passivas	**(461)**	-	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos passivo	**(356)**	356	**(356)**	356
Demandas judiciais (Nota 20)	**(2.979)**	(1.091)	**(2.979)**	(1.091)
Demais contas a pagar	**12.927**	2.777	**12.640**	8.055
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(68.201)**	(79.905)	**(68.201)**	(79.906)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**171.392**	30.763	**166.527**	28.829
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Valor pago na aquisição de investimentos (Nota 4.2)	**-**	(18.133)	**-**	(18.133)
Adiantamento para futuro aumento de capital em empresa controlada (Nota 11)	**(2.438)**	(30.468)	**-**	-
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 12)	**(172.237)**	(138.174)	**(172.237)**	(140.226)
Aquisição de ativo intangível (Nota 13)	**(24.751)**	(33.879)	**(25.634)**	(34.383)
Caixa adquirido oriundo da incorporação / aquisição	**55**	144	**-**	658
Aplicações em títulos e valores mobiliários	**(1.304.907)**	(154.835)	**(1.304.907)**	(154.832)
Resgate de títulos de valores mobiliários	**294.383**	142.134	**294.383**	142.133
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.209.895)**	(233.211)	**(1.208.395)**	(204.783)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Capital integralizado no período	**841.500**	374	**841.500**	374
Ágio na emissão de ações líquido dos custos de emissão	**178.753**	194.359	**178.753**	194.359
Pagamentos de parcela contingente e contas a pagar por aquisição de controladas	**(11.616)**	(13.076)	**(11.616)**	(13.076)
Captação de empréstimos e financiamentos	**-**	393.019	**-**	393.019
Custos sobre captação de empréstimos	**-**	(13.622)	**-**	(13.622)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	**(121.344)**	(269.196)	**(121.344)**	(292.981)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**887.293**	291.858	**887.293**	268.073
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(151.210)**	89.410	**(154.575)**	92.119
Saldo do caixa e equivalentes de caixa:				
No fim do exercício (Nota 5)	**102.235**	253.445	**102.345**	256.920
No início do exercício (Nota 5)	**253.445**	164.035	**256.920**	164.801
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(151.210)**	89.410	**(154.575)**	92.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas	**1.966.260**	1.478.063	**1.966.260**	1.522.451
Venda bruta de mercadorias e serviços (Nota 24)	**1.932.761**	1.467.473	**1.932.761**	1.512.033
Descontos e cancelamentos	**(107)**	(134)	**(107)**	(307)
Outras receitas	**33.606**	10.724	**33.606**	10.725
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.121.671)**	(855.720)	**(1.121.822)**	(886.502)
Custo com mercadorias e serviços	**(687.871)**	(508.033)	**(687.871)**	(526.302)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas	**(411.348)**	(342.335)	**(411.499)**	(353.170)
Perda na realização deativos (Nota 27)	**(22.353)**	(4.675)	**(22.398)**	(6.071)
Outros custos	**(99)**	(677)	**(54)**	(959)
Valor adicionado bruto	**844.589**	622.343	**844.438**	635.949
Retenções	**(118.753)**	(100.872)	**(119.697)**	(103.396)
Depreciações e amortizações (Notas 12, 13, 26 e 27)	**(118.753)**	(100.872)	**(119.697)**	(103.396)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**725.836**	521.471	**724.741**	532.553
Valor adicionado recebido em transferência	**27.327**	37.774	**29.685**	42.328
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 11)	**(1.972)**	(4.216)	**-**	-
Receitas financeiras (Nota 29)	**29.299**	41.990	**29.685**	42.328
Valor adicionado total a distribuir	**753.163**	559.245	**754.426**	574.881
Distribuição do valor adicionado	**753.163**	559.245	**754.426**	574.881
Despesas com pessoal	**314.267**	243.129	**314.267**	247.595
Remuneração direta e benefícios	**295.591**	227.995	**295.591**	231.987
FGTS	**18.676**	15.134	**18.676**	15.608
Impostos, taxas e contribuições	**221.185**	178.520	**221.187**	181.351
Federais	**162.655**	134.538	**162.657**	136.206
Estaduais	**51.750**	38.147	**51.750**	39.184
Municipais	**6.780**	5.835	**6.780**	5.961
Remuneração de capitais de terceiros	**213.892**	231.052	**215.153**	239.391
Despesas financeiras (Nota 28)	**82.964**	135.872	**84.225**	140.503
Aluguéis	**130.928**	95.180	**130.928**	98.888
Remuneração de capital próprio	**3.819**	(93.456)	**3.819**	(93.456)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.819**	(93.456)	**3.819**	(93.456)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. ("BKB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Rio Negro, 161 - Alphaville - Barueri – SP, tendo como objetivo social: (i) desenvolvimento e exploração de restaurantes com a marca "Burger King" no Brasil; (ii) a prestação de serviços de assessoria e suporte aos restaurantes que operem com o sistema "Burger King" no Brasil; (iii) o comércio, importação e exportação de produtos relacionados às atividades acima referidas; e (iv) a participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades acima, no Brasil, como sócia, quotista ou acionista.

Em 6 de abril de 2011, foi constituída a CMNPAR Seventeen Participações S.A. ("CMNPAR"), através de um capital social subscrito e integralizado de R$500,00 (quinhentos reais), e em 29 de junho de 2011, a CMNPAR recebeu aporte de capital da Burger King do Brasil Assessoria a Restaurantes Ltda. ("Burger King Brasil") e teve sua razão social alterada para BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.. Adicionalmente, houve a renúncia dos acionistas antecessores aos direitos de subscrição de novas ações e transferência desses direitos para a Burger King Brasil.

O direito e exploração de restaurantes com a marca "Burger King" foi obtido mediante contrato "*Master Franchise*" firmado com a Burger King Corporation ("BKC") em 9 de julho de 2011. Os direitos de exploração possuem duração de 20 anos, podendo ser renovados por mais 20 anos, caso haja interesse das partes (Nota 21).

A Companhia obtém da Burger King Corporation, acionista minoritária, detentora da marca Burger King, o franqueamento pelo prazo de 20 anos contados a partir da data de inauguração de cada loja. Na abertura de cada loja são pagos:

Taxa de franquia:

- *Free Standing/Food Court/in Line* a US$45 mil;
- *Express* a US$30 mil;
- *Kiosk* a US$5 mil;
- *Royalties*: 5% sobre o faturamento líquido;
- Fundo de *marketing* 5% sobre o faturamento líquido.

Em 18 de dezembro de 2017, a Companhia abriu seu Capital na bolsa de valores e possui ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&FBovespa) com o código "BKBR3" (Nota 22), reportando suas informações à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

1. **Contexto operacional**--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía 526 e 480 lojas próprias respectivamente, sendo:

	2017	2016
Estado de Alagoas	**4**	4
Estado da Bahia	**12**	11
Estado do Ceará	**12**	12
Distrito Federal	**15**	16
Estado do Espírito Santo	**10**	10
Estado de Goias	**7**	3
Estado do Maranhão	**5**	4
Estado de Minas Gerais	**23**	21
Estado do Pará	**6**	5
Estado da Paraíba	**4**	3
Estado de Pernambuco	**11**	9
Estado do Piauí	**2**	2
Estado do Paraná	**16**	14
Estado do Rio de Janeiro	**82**	76
Estado do Rio Grande do Norte	**3**	3
Estado do Rio Grande do Sul	**32**	29
Estado de Sergipe	**4**	2
Estado de São Paulo	**278**	256
Total de Lojas	**526**	480

1. **Contexto operacional**--Continuação

Reorganização societária

Durante o exercício de 2017, a Companhia não efetuou aquisições, mas em 2016 efetuou as seguintes aquisições, com o intuito de aumentar o número de restaurantes e maximizar seus resultados através da sinergia das operações, além de centralizar sua administração e sua gestão de capital:

Empresa	Data de aquisição	% de aquisição
Realty Consulting Planejamento S.A. ("Realty") e suas controladas (Nota 4.2):	04/01/2016	100
· W2DMA Comércio de Alimentos Ltda. ("W2")	04/01/2016	100
· Outstanding Foods Participações e Prestação de Serviços para Restaurantes S.A. ("Outstanding")	04/01/2016	100

Nessa operação, foram adquiridos 8 restaurantes.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Companhia efetuou a incorporação da Realty Consulting Planejamento S.A. e suas controladas (W2 e Outstanding).

As incorporações foram efetuadas com base em laudos técnicos de especialistas considerando seus acervos líquidos contábeis, eliminando os saldos entre controladas nas respectivas datas de incorporação , resumidos abaixo, não gerando impacto no resultado do exercício e no balanço patrimonial da Companhia, incluindo patrimônio líquido:

	Realty	Outstanding	W2	Ajuste a *fair value* (Nota 4.2)	Total
Ativo					
Total do ativo circulante	1	1	4.447	-	**4.449**
Imobilizado, líquido (Nota 12)	-	-	5.343	-	**5.343**
Intangível (Nota 13)	-	-	-	37.474	**37.474**
Total do ativo	**1**	**1**	**9.790**	**37.474**	**47.266**
Passivo					
Total do passivo circulante	12	-	4.915	-	**4.927**
Total do passivo não circulante	(12)	-	-	-	**(12)**
Total do acervo líquido incorporado (Nota 11)	**1**	**1**	**4.875**	**37.474**	**42.351**

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo seu Conselho de Administração em 06 de março de 2018.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e são aplicáveis às informações comparativas de 31 de dezembro de 2016. Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2017.

Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A Administração efetua periodicamente uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos, regularmente revisado pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um segmento operacional, referente à venda de alimentos e bebidas em restaurantes operados pela Companhia.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

Estimativas

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, no mínimo anualmente.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da BKB e das suas controladas, conforme mencionado na Nota 11.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de suas aquisições, conforme mencionado na Nota 1. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupal, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

2.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.2. **Combinação de negócios**--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real.

2.4. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional (o Real), usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.5. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

<u>Venda de produtos</u>

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

<u>Prestação de serviços</u>

A receita de prestação de serviços de gerenciamento e assessoria a franqueados somente é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços e quando os benefícios forem transferidos aos franqueados, mediante aplicação de percentuais sobre as vendas mensais.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.5. **Reconhecimento da receita**--Continuação

Receita de aplicações financeiras

A receita sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investimento. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração de resultado.

2.6. **Impostos**

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.6. **Impostos**--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

(i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

(ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço (em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi utilizado 34%).

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.6. **Impostos**--Continuação

Imposto indiretos (PIS, COFINS, ICMS)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

(i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

(ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

(iii) Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.7. **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, líquido, instrumentos financeiros derivativos, demais contas a receber.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS 39). Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.7. **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

(i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

(ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Análise de recuperabilidade

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.7. **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Análise de recuperabilidade--Continuação

A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e aluguéis a pagar, empréstimos e financiamentos e demais contas a pagar.

A mensuração inicial e subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros (IAS39), incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia utilizou instrumentos financeiros derivativos, como contratos *swaps* de taxa de juros e *Non-Deliverable Forward* (NDF) para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, na rubrica de despesa ou receita financeira.

2.9. Investimentos (Controladora)

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, a participação societária que a Companhia possuía diretamente nas controladas (Nota 11) estavam avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo de aquisição, adicionado das variações após a aquisição da participação societária nas controladas.

As informações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período da Companhia. Os exercícios sociais das controladas e as suas práticas contábeis são os mesmos que o da Companhia. Quando necessário, foram efetuados ajustes para que as políticas contábeis estivessem de acordo com as adotadas pela Companhia.

2.10. Imobilizado

Os itens de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A Companhia capitaliza custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de ativos elegíveis para fins de uso.

Adicionalmente, a Companhia capitaliza os custos internos relacionados aos profissionais integralmente dedicados aos projetos de construção de restaurantes, e são alocados a cada novo restaurante aberto. Esses gastos começam a ser capitalizados quando o projeto para a construção do restaurante é provável, considerando a identificação da localização e de sua viabilidade.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.10. **Imobilizado**--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos, conforme informado na Nota 12.

2.11. **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

<u>Marcas, direito de uso de imóveis e licenças</u>

Uso da marca Burger King (Franchise fee)

As marcas compreendem os direitos de uso de marca pagos a Burger King Corporation pela abertura de cada loja. O prazo de amortização é de 20 anos a partir da data da inauguração do restaurante.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.11. **Ativos intangíveis**--Continuação

Marcas, direito de uso de imóveis e licenças--Continuação

Direito de uso de imóveis (Cessão de direito de uso)

Os direitos de uso de imóveis correspondem aos locais onde estão inseridos e localizados os "pontos de vendas" ou lojas os quais são pagos aos locadores de tais espaços. As amortizações são calculadas de forma linear de acordo com o prazo do contrato firmado entre a locatária, a Companhia, e o locador, proprietário do imóvel.

Licenças de softwares (Direito de uso de software)

Correspondem às licenças adquiridas pela Companhia pelo o uso de *softwares*. As amortizações são calculadas de forma linear em um prazo médio de cinco anos e custos com manutenção são reconhecidos diretamente no resultado.

Ágio (Goodwill)

Constituído através das transações de Combinação de Negócios. Anualmente, é revisada a sua recuperabilidade através de teste de *impairment,* conforme Notas 2.13 e 13.

2.12. **Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor.

2.13. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Os seguintes critérios são também aplicados para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil (vide detalhamento da análise anual na Nota 13).

Ativos intangíveis

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social, quando houver indicativo de *"impairment"*, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível (Nota 13). Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não houve indicadores de perda e não houve mudança de vida útil de indefinida para definida.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação e/ou possui compromisso de recompra.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Títulos e valores mobiliários e Títulos e valores mobiliários vinculados

Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nos rendimentos e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste do valor justo em conta do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

A participação no fundo de investimento exclusivo foi consolidada considerando a segregação dos investimentos que compõem o patrimônio do fundo (Nota 6).

2.16. Resultado diferido, líquido

A Companhia possui operações com fornecedores, os quais pagam valores a título de exclusividade de vendas de produtos e exposição de marca nas lojas, e por volume de compras, os quais são registrados como receitas diferidas, no passivo circulante e não circulante, e são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica Outras Receitas (Despesas) Operacionais no prazo de vigência, do contrato firmado com o fornecedor.

As despesas com campanhas de *marketing* correlatas ao fundo de *marketing* e vinculados aos contratos com fornecedores citado no parágrafo acima, são registrados inicialmente em despesas antecipadas, no ativo circulante e não circulante, e são reconhecidas no resultado do exercício, no prazo de vigência do contrato.

2.17. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.17. **Provisões**--Continuação

Geral--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18. **Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A demonstração do valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

2.19. **Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33).

Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20. Estimativas e premissas contábeis significativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide detalhe na Nota 13.

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, sem prazo de vencimento para sua utilização.

2. **Políticas contábeis**--Continuação

2.20. **Estimativas e premissas contábeis significativas**--Continuação

Mensuração da contraprestação contingente às aquisições

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios. Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo e, portanto, um passivo financeiro, deve ser subsequentemente remensurada ao valor justo na data do balanço. O valor justo utilizado pela Companhia foi baseado em transações recentes entre acionistas e múltiplos de EBITDA, com base em empresas similares no mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía mais nenhuma parcela contingente às aquisições.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.21. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.
Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais, incluindo os custos diretos e incentivos recebidos do locador de cada contrato, são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. Os ativos, dos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia não possuí contratos de arrendamentos financeiros.

2.22. Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a seus empregados, tais como vale-refeição para os empregados da Administração, fornecimento de refeição para os empregados dos restaurantes, assistência médica e odontológica, vale-transporte e remuneração variável.

Participação nos resultados

O programa de participação de resultados é aprovado anualmente e é fundamentado em metas individuais e da Companhia como um todo. Em 2017, as metas foram atingidas pela Companhia e pelos colaboradores, portanto o programa de participação dos resultados que foi provisionado para o exercício de 2017, será pago em exercício subsequente.

3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

IFRS 2 – Pagamento baseado em ações (CPC 10)

O IFRS 2 aborda três grandes grupos: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro, a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações, iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48)

A norma IFRS 9/CPC 48 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente IAS 39/ CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: classificação e mensuração de ativos financeiros; redução do valor recuperável (substituição do modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas em crédito esperadas”); e contabilidade de *hedge*.

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

3. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor--Continuação

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes (CPC 47)

O IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/ CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente, iniciando sua vigência em 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos relevantes para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

IFRS 16 – Leases (CPC 06 (R2))

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

A avaliação da Companhia sobre os potenciais impactos dessa nova norma está em andamento, porém, avaliamos preliminarmente que são esperados impactos relevantes, principalmente em função de que a operação da Companhia depende significativamente de arrendamentos operacionais. Os potenciais impactos referem-se à avaliação do registro de todos os contratos de locação dos restaurantes como um direito e uma obrigação da Companhia. Como todos os restaurantes são alugados, o impacto esperado nas demostrações financeiras da Companhia é relevante.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo CPC.

4. Combinação de negócios

4.1. Aquisição BGK

Em 16 de fevereiro de 2012, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCV BGK") para aquisição da BGK do Brasil S.A.. Como parte do valor de aquisição, a Companhia registrou o valor de R$27.598 (parcela contingente), que deveria ser liquidado junto ao vendedor mediante as seguintes situações:

- Caso fosse realizado, dentro do prazo de 7 anos, contados de 16 de fevereiro de 2012, o primeiro protocolo do pedido de oferta pública inicial de ações da Companhia (IPO), a Companhia estaria obrigada a emitir, em favor do vendedor o número de ações ordinárias, resultante da divisão da parcela contingente (no valor histórico de R$27.598, conforme definido no CCV BGK) pelo Preço de Emissão (no valor de R$473,81, conforme definido no Bônus de Subscrição 1 - Série 2);
- Caso não fosse realizado o IPO, dentro do prazo estipulado acima, a Companhia estaria obrigada a pagar, em dinheiro, a título de complementação do preço de aquisição, a parcela contingente, equivalente à avaliação econômica, a preços de mercado, das ações ordinárias que teriam sido emitidas ao vendedor em razão do hipotético exercício do Bônus de Subscrição 1 - Série 2;
- Caso, no decorrer do prazo de 7 anos contados de 16 de fevereiro de 2012, (a) a Vinci, co-controladora da BKB, alienasse a totalidade da sua participação societária na Companhia, o valor de *Drag-Along* (conforme definido no CCV BGK) passaria a ser devido ao vendedor; ou (b) a Vinci alienasse parte de sua participação societária na Companhia, o valor de *Tag-Along* (conforme definido no CCV BGK) passaria a ser devido ao vendedor.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um saldo referente à parcela contingente de R$45.983, sendo R$45.963 da aquisição da BGK, devidamente atualizada pelo montante de R$26.027 (Nota 28), com base na última transação entre acionistas, sobre o qual foi pago de R$7.662, em 11 de novembro de 2016 (tendo em vista o exercício do bônus em função da alienação pela Vinci de parte de sua participação societária na Companhia, para a Montjuic Fundo de Investimentos em Participações (Nota 22)); e, R$20 referente a aquisição da BGNE.

Em 31 de julho de 2017, o valor foi devidamente atualizado no montante de R$9.527 (Nota 28), com base na transação entre os acionistas.

4. Combinação de negócios--Continuação

4.1. Aquisição BGK--Continuação

Em 18 de agosto de 2017, foi pago o valor de R$8.226 ao vendedor da BGK, referente à parcela contingente de aquisição. O valor foi calculado baseado no *fair value* com a entrada da acionista King Arthur LLC.

Em 9 de outubro de 2017, o vendedor da BGK informou que exerceria o Bônus de Subscrição 1 – Série 2, de modo que (a) as ações ordinárias em que tem direito serão emitidas, subscritas e integralizadas pelo vendedor antes do lançamento da oferta pública inicial de ações (IPO), e (b) a Parcela Condicionada deixou de ser devida.

Em 22 de novembro de 2017, o saldo de R$47.284, referente ao vendedor da BGK, foi integralmente convertido em ação devido ao exercício integral do bônus e transferido para o patrimônio líquido da Companhia, não tendo ocorrido liquidação em caixa.

4.2. Aquisição Realty e controladas

Conforme mencionado na Nota 1, em 4 de janeiro de 2016 a BKB adquiriu 100% da Realty e suas controladas pelo valor total de R$20.781, e em 28 de fevereiro de 2017 elas foram incorporadas pela BKB. A composição da contraprestação, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos, e alocação do ágio estão demonstrados abaixo:

Valor pago na aquisição	18.133
Valor a pagar (Nota 19)	2.648
Total da contraprestação	**20.781**

	Valor contábil	Ajuste a *Fair Value* (PPA) (Notas 1 e 13)	Valor justo
Ativo circulante, líquido de caixa adquirido	2.419	-	**2.419**
Imobilizado (Nota 12)	6.234	-	**6.234**
Intangível			
Ágio *(Goodwill)*	-	30.295	**30.295**
Franchise fee - marca	-	979	**979**
Direito de uso de imóvel	-	6.200	**6.200**
	8.653	37.474	**46.127**
Passivo circulante	2.905	-	**2.905**
Passivo não circulante (*)	22.441	-	**22.441**
Ativos líquidos adquiridos ao valor justo	**(16.693)**	**37.474**	**20.781**

(*) A partir de 2015, não houve mais diferenças entre livros fiscais e contábeis acerca de Combinação de negócio, não sendo mais apurado tributos diferidos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Caixa	**19.580**	11.640	**19.580**	11.642
Bancos	**424**	34.889	**424**	34.939
Aplicações financeiras	**82.231**	206.916	**82.341**	210.339
Total de caixa e equivalentes de caixa	**102.235**	253.445	**102.345**	256.920

O saldo de caixa é composto, principalmente, por fundos de caixa das lojas, os quais são utilizados para abertura diária dos caixas nas lojas e numerários em trânsito, que após o fechamento diário dos caixas das lojas, são encaminhados para coleta e depósitos bancários.

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

		Controladora		Consolidado	
Tipo de aplicação	**Rentabilidade anual**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Operações compromissadas	de 99% à 102% do CDI	**-**	163.464	**-**	163.464
CDB	de 95% à 101% do CDI	**55.182**	13.060	**55.292**	16.412
Letras Financeiras (“LF”)	de 102,5% à 103% do CDI	**26.006**	-	**26.006**	-
Invest plus	de 10% à 60% do CDI	**1.043**	30.392	**1.043**	30.463
Total de aplicações financeiras		**82.231**	206.916	**82.341**	210.339

Essas aplicações possuem liquidez imediata e a Companhia pode resgatá-las a qualquer momento sem mudança significativa no valor. Tais aplicações financeiras fazem jus a política interna da Companhia respeitando os limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

6. Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
Tipo de aplicação	**Rentabilidade anual**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Fundo de investimento exclusivo - XPA BK (*)	de 91,8% a 100,1% do CDI	**518.248**	-	**-**	-
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT")	100,1% do CDI	**-**	-	**498.124**	-
Fundos de investimentos	de 91,8% a 143,4% do CDI	**18.336**	-	**38.460**	-
LAM - Letras de Arrendamento Mercantil	de 100% a 102% do CDI	**332.607**	-	**332.607**	-
CDB	de 100,1% a 103% do CDI	**204.708**	37.194	**204.708**	37.194
Operações Compromissadas	de 98,5% a 103% do CDI	**-**	26.301	**-**	26.301
Fundo de investimento e CDB (**)	de 85% a 99% do CDI	**3.902**	4.261	**3.902**	4.261
Compromissadas (***)	101,1% do CDI	**11.868**	8.000	**11.868**	8.000
Total de títulos e valores mobiliários		**1.089.669**	75.756	**1.089.669**	75.756
Circulante		**1.076.384**	65.341	**1.076.384**	65.341
Títulos e valores mobiliários		**1.073.900**	63.495	**1.073.900**	63.495
Títulos e valores mobiliários vinculados		**2.484**	1.846	**2.484**	1.846
Não circulante		**13.285**	10.415	**13.285**	10.415

(*) XPA BK FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR - Fundo de investimento exclusivo, com participação da Companhia em 100% e criado em 29/12/2017. A carteira deste fundo, por tipo de aplicação está demonstrada nos saldos consolidados, e é composta por letras financeiras do tesouro e fundos de investimentos.

(**) Aplicações financeiras dadas em garantia aos empréstimos e financiamentos mencionados na Nota 14 e seu resgate está vinculado a data de vencimento destes empréstimos.

(***) Operações compromissadas (conta vinculada) dadas em garantia a 6ª emissão de debêntures mencionado na Nota 14.2.

7. Contas a receber de clientes, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Operações de vendas	**52.679**	29.560	**52.679**	30.398
Prestação de serviços com franqueados	**7.457**	2.028	**7.457**	2.028
Prestação de serviços com partes relacionadas (Nota 21)	**639**	877	**639**	877
Outros valores a receber	**183**	206	**183**	355
Total de contas a receber	**60.958**	32.671	**60.958**	33.658

Conforme mencionado na Nota 14, uma parte do fluxo financeiro de contas a receber com cartões de crédito e *vouchers* de refeição é dada em garantia nas transações de empréstimos e financiamentos (debêntures).

8. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Mercadoria para revenda	**28.116**	21.377
Centro de distribuição - BKB	**7.348**	2.005
Brindes	**4.279**	7.464
Total de estoques	**39.743**	30.846

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
IRPJ a recuperar	**2.582**	2.582	**2.582**	2.788
CSLL a recuperar	**1.053**	975	**1.053**	1.052
PIS e COFINS sobre imobilizado	**71**	347	**71**	347
IRRF a compensar	**5.414**	9.133	**5.414**	9.133
ICMS a compensar	**3.681**	4.281	**3.722**	5.334
PIS não cumulativo a recuperar	**4.591**	2.961	**4.591**	2.967
COFINS não cumulativo a recuperar	**19.532**	13.637	**19.532**	13.661
INSS a recuperar	**2.505**	3.274	**3.921**	3.990
Outros	**301**	14	**1.389**	988
Total de impostos a recuperar	**39.730**	37.204	**42.275**	40.260
Circulante	**22.448**	25.510	**24.993**	28.566
Não circulante (*)	**17.282**	11.694	**17.282**	11.694

(*) A Companhia tem expectativa de compensar os créditos tributários até 2020.

10. Pagamentos antecipados

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Adiantamentos a fornecedores de serviços e materiais	**17.961**	5.598
Despesas a reembolsar - Fundo de *Marketing*	**6.801**	3.114
Total de pagamentos antecipados	**24.762**	8.712

11. Investimentos

As movimentações dos saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2017	**2016**
Saldo inicial	**56.887**	9.854
Participação societária (Nota 4.2)	**-**	20.781
Adiantamento para futuro aumento de capital - em caixa	**2.438**	30.468
Adiantamento para futuro aumento de capital – PERT (*)	**2.963**	-
Incorporação de controladas (Nota 1)	**(42.351)**	-
Equivalência patrimonial	**(1.972)**	(4.216)
Saldo Final	**17.965**	56.887

(*) Em setembro de 2017, as controladas BGMAXX BA e BGMAXX AL aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT). Na ocasião foi utilizado o prejuízo fiscal da Companhia para quitar parte da dívida da controlada e reconhecido um aporte dessa transação.

A aquisição do acervo líquido contábil das controladas diretas resultaram em otimizações dos processos e maximização dos resultados para a Companhia.

Os saldos contábeis (sem efeito de *fair value*) das contas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são como seguem:

	2017				2016			
	BGMAXX BA	**BGMAXX AL**	**Realty (*)**	**Total**	**BGMAXX BA**	**BGMAXX AL**	**Realty (*)**	**Total**
Ativo								
Circulante	**3.990**	**197**	**-**	**4.187**	3.941	179	4.694	8.814
Não circulante	**5.088**	**112**	**-**	**5.200**	5.999	160	5.478	11.637
Total ativo	**9.078**	**309**	**-**	**9.387**	9.940	339	10.172	20.451
Passivo								
Circulante	**5.974**	**1.778**	**-**	**7.752**	6.925	1.869	7.317	16.111
Não circulante	**4.463**	**622**	**-**	**5.085**	7.659	494	-	8.153
Total passivo	**10.437**	**2.400**	**-**	**12.837**	14.584	2.363	7.317	24.264
Patrimônio líquido	**(1.359)**	**(2.091)**	**-**	**(3.450)**	(4.644)	(2.024)	2.855	(3.813)
Total do passivo e patrimônio líquido	**9.078**	**309**	**-**	**9.387**	9.940	339	10.172	20.451
% de participação na controlada	**100%**	**100%**	**-**	**-**	100%	100%	100%	-
Receita operacional líquida	**-**	**-**	**-**	**-**	23.042	1.014	17.498	41.554
Equivalência patrimonial	**(1.786)**	**(72)**	**(114)**	**(1.972)**	(293)	(265)	(3.658)	(4.216)

(*) A Realty foi incorporada durante o exercício de 2017, conforme Nota 1.

A Companhia possui participação integral nessas controladas e para fins de consolidação o acervo líquido contábil é eliminado na rubrica de Investimentos, permanecendo o saldo de mais-valia, o qual é reclassificado para a rubrica de Intangível (Nota 13).

12. Imobilizado, líquido

	Taxa média anual de depreciação	Controladora 2017	Controladora 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Instalações, benfeitorias e projetos	(i)	**371.036**	340.422	**372.473**	344.923
Máquinas e equipamentos	5% à 25%	**123.794**	112.024	**125.323**	114.853
Móveis e utensílios	6% à 20%	**32.459**	29.341	**33.395**	31.360
Computadores e periféricos	2% à 5%	**42.519**	39.255	**42.493**	39.731
Outros ativos (ii)	-	**129.167**	127.560	**129.286**	128.063
(-) Provisão para *impairment*	-	**(3.328)**	(7.955)	**(3.328)**	(7.955)
Total de imobilizado		**695.647**	640.647	**699.642**	650.975

(i) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

(ii) Obras referente às lojas em contrução a serem rateados por construção, equipamentos novos e equipamentos em manutenção a serem utilizados nas lojas.

No exercício de 2017, não foram capitalizados encargos financeiros (R$2.911 em 2016).

As movimentações do imobilizado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão demonstradas a seguir:

	Controladora						
	Instalações, benfeitorias e projetos	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Outros ativos (ii)**	**(-) Provisão para *impairment***	**Total**
Custo							
Saldo em 2015	408.158	117.724	39.894	56.709	136.672	(6.906)	752.251
Adições	-	-	20	-	138.154	-	138.174
Transferências	84.058	38.230	3.850	17.862	(144.000)	-	-
Baixas	(127)	(490)	(73)	(280)	(3.266)	-	(4.236)
Impairment (Nota 27)	-	-	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Saldo em 2016	492.089	155.464	43.691	74.291	127.560	(7.955)	885.140
Adições	**28.720**	**-**	**3**	**7**	**143.507**	**-**	**172.237**
Incorporações (Nota 1)	**2.637**	**920**	**951**	**451**	**384**	**-**	**5.343**
Transferências	**73.155**	**31.308**	**8.503**	**20.819**	**(133.785)**	**-**	**-**
Baixas	**(15.271)**	**(1.745)**	**(1.463)**	**(3.860)**	**(8.500)**	**-**	**(30.839)**
Venda de lojas (i)	**(10.690)**	**(2.182)**	**(911)**	**(1.049)**	**1**	**-**	**(14.831)**
Impairment (Nota 27)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.627**	**4.627**
Saldo em 2017	**570.640**	**183.765**	**50.774**	**90.659**	**129.167**	**(3.328)**	**1.021.677**
Depreciação							
Saldo em 2015	(99.517)	(28.692)	(10.182)	(22.050)	-	-	(160.441)
Adições	(52.158)	(15.136)	(4.195)	(13.172)	-	-	(84.661)
Baixas	8	388	27	186	-	-	609
Saldo em 2016	(151.667)	(43.440)	(14.350)	(35.036)	-	-	(244.493)
Adições	**(61.291)**	**(18.159)**	**(5.012)**	**(16.827)**	**-**	**-**	**(101.289)**
Baixas	**8.593**	**831**	**678**	**2.933**	**-**	**-**	**13.035**
Venda de lojas (i)	**4.761**	**797**	**369**	**790**	**-**	**-**	**6.717**
Saldo em 2017	**(199.604)**	**(59.971)**	**(18.315)**	**(48.140)**	**-**	**-**	**(326.030)**
Total do imobilizado em 2015	308.641	89.032	29.712	34.659	136.672	(6.906)	591.810
Total do imobilizado em 2016	340.422	112.024	29.341	39.255	127.560	(7.955)	640.647
Total do imobilizado em 2017	**371.036**	**123.794**	**32.459**	**42.519**	**129.167**	**(3.328)**	**695.647**

(i) Alienação de 8 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando ganho de capital líquido de R$1.042 (Nota 27, rubricas “Receita com lojas vendidas” e “Baixa de ativos de lojas vendidas”).

(ii) Obras referente às lojas em contrução a serem rateados por construção, equipamentos novos e equipamentos em manutenção a serem utilizados nas lojas.

12. Imobilizado, líquido--Continuação

	Consolidado						
	Instalações, benfeitorias e projetos	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Computadores e periféricos**	**Outros ativos (ii)**	**(-) Provisão para *impairment***	**Total**
Custo							
Saldo em 2015	414.896	123.503	43.124	57.550	136.674	(6.906)	768.841
Adições	13	159	22	4	140.028	-	140.226
Aquisição Realty (Nota 4.2)	2.255	1.764	2.776	594	20	-	7.409
Transferências	84.058	38.230	3.851	17.861	(144.000)	-	-
Baixas	(126)	(491)	(76)	(279)	(4.659)	-	(5.631)
Impairment (Nota 27)	-	-	-	-	-	(1.049)	(1.049)
Saldo em 2016	501.096	163.165	49.697	75.730	128.063	(7.955)	909.796
Adições	**28.720**	**-**	**3**	**6**	**143.507**	**-**	**172.237**
Transferências	**73.155**	**31.308**	**8.503**	**20.819**	**(133.785)**	**-**	**-**
Baixas	**(15.316)**	**(1.745)**	**(1.463)**	**(3.860)**	**(8.500)**	**-**	**(30.884)**
Venda de lojas (i)	**(10.690)**	**(2.182)**	**(911)**	**(1.049)**	**1**	**-**	**(14.831)**
Impairment (Nota 27)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.627**	**4.627**
Saldo em 2017	**576.965**	**190.546**	**55.829**	**91.646**	**129.286**	**(3.328)**	**1.040.944**
Depreciação							
Saldo em 2015	(103.453)	(32.517)	(12.487)	(22.745)	-	-	(171.202)
Adições	(52.604)	(15.944)	(5.224)	(13.281)	-	-	(87.053)
Aquisição Realty (Nota 4.2)	(124)	(239)	(653)	(159)	-	-	(1.175)
Baixas	8	388	27	186	-	-	609
Saldo em 2016	(156.173)	(48.312)	(18.337)	(35.999)	-	-	(258.821)
Adições	**(61.673)**	**(18.539)**	**(5.144)**	**(16.877)**	**-**	**-**	**(102.233)**
Baixas	**8.593**	**831**	**678**	**2.933**	**-**	**-**	**13.035**
Venda de lojas (i)	**4.761**	**797**	**369**	**790**	**-**	**-**	**6.717**
Saldo em 2017	**(204.492)**	**(65.223)**	**(22.434)**	**(49.153)**	**-**	**-**	**(341.302)**
Total do imobilizado em 2015	311.443	90.986	30.637	34.805	136.674	(6.906)	597.639
Total do imobilizado em 2016	344.923	114.853	31.360	39.731	128.063	(7.955)	650.975
Total do imobilizado em 2017	**372.473**	**125.323**	**33.395**	**42.493**	**129.286**	**(3.328)**	**699.642**

(i) Alienação de 8 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando ganho de capital líquido de R$1.042 (Nota 27, rubricas “Receita com lojas vendidas” e “Baixa de ativos de lojas vendidas”).

(ii) Obras referente às lojas em contrução a serem rateados por construção, equipamentos novos e equipamentos em manutenção a serem utilizados nas lojas.

12. Imobilizado, líquido--Continuação

Teste de valor recuperável

A Companhia considera os restaurantes suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e submeteu-as ao teste de valor recuperável (*impairment*) levando em consideração o período de maturidade (a partir de 24 meses, sendo 406 restaurantes de um total de 526 em 2017 e 319 restaurantes de 480 em 2016) e seus fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, a taxa de 13,1% (WACC).

Do total de UGCs, 48 restaurantes apresentaram algum indicador de *impairment* (56 restaurantes em 2016), os quais foram analisados de forma mais detalhada individualmente. Esta análise considera as perspectivas de melhorias nas vendas líquidas e nos seus outros indicadores de custos (tais como redução no custo da mercadoria vendida, adequação de custos de folha de pagamento, possibilidade de renegociações de custos de ocupação, entre outros).

Ainda, de forma conservadora, a Companhia não considerou as possíveis revendas destes restaurantes para franqueados. Identificados os restaurantes com os indicadores de *impairment*, a Administração da Companhia avaliou as perspectivas de retomada de geração de caixa ou sua descontinuidade.

Nos casos de descontinuidade, a Companhia provisionou o valor contábil de seus ativos não recuperáveis das lojas, sendo eles: instalações, benfeitorias e projetos. No exercício de 2017, o valor da provisão foi de R$3.328 (R$3.816 em 2016).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram efetivadas as provisões de *impairment* de 13 lojas, provisionadas em exercícios anteriores, das quais 10 lojas foram fechadas. Adicionalmente, foram mantidas as provisões das 3 lojas anteriormente provisionadas e constituída a provisão para ativos não recuperáveis de mais 9 lojas. O resultado da movimentação de provisão e reversões para *impairment* foi de R$4.627 em 2017 (adição de provisão de R$1.049 em 2016) (Nota 27).

Para as aberturas de restaurantes e aquisições, a Companhia analisa, dentre outras coisas, a viabilidade, geração de caixa e o retorno.

13. Intangível, líquido

	Taxa Média anual de depreciação	Controladora		Consolidado	
		2017	**2016**	**2017**	**2016**
Cessão de direito de uso	(*)	**49.977**	44.953	**53.250**	53.543
Franchise fee	5%	**49.770**	43.839	**51.924**	46.971
Licença de *software*	20%	**8.859**	6.411	**8.857**	6.409
Ágio (*goodwill*)	(**)	**184.917**	154.622	**202.083**	202.083
Total de intangível		**293.523**	249.825	**316.114**	309.006

(*) Conforme vigência dos contratos de aluguéis, em média de 10 anos.

(**) Análise anual de *impairment.*

As movimentações do intangível, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão demonstradas a seguir:

	Controladora				
	Cessão de direito de uso	***Franchise fee* (Nota 21)**	**Licença de *software***	**Ágio *(goodwill)***	**Total**
Custo					
Saldo em 2015	65.818	36.620	9.592	154.622	266.652
Adições	14.857	15.059	3.963	-	33.879
Saldo em 2016	80.675	51.679	13.555	154.622	300.531
Adições	**10.560**	**8.862**	**5.329**	**-**	**24.751**
Incorporações (Notas 1 e 4.2)	**6.200**	**979**	**-**	**30.295**	**37.474**
Baixas	**-**	**-**	**(423)**	**-**	**(423)**
Venda de lojas (i)	**(655)**	**(707)**	**(11)**	**-**	**(1.373)**
Saldo em 2017	**96.780**	**60.812**	**18.450**	**184.917**	**360.959**
Amortização					
Saldo em 2015	(24.788)	(4.804)	(4.903)	-	(34.495)
Adições	(10.934)	(3.036)	(2.241)	-	(16.211)
Saldo em 2016	(35.722)	(7.840)	(7.144)	-	(50.706)
Adições	**(11.316)**	**(3.333)**	**(2.815)**	**-**	**(17.464)**
Baixas	**-**	**-**	**360**	**-**	**360**
Venda de lojas (i)	**235**	**131**	**8**	**-**	**374**
Saldo em 2017	**(46.803)**	**(11.042)**	**(9.591)**	**-**	**(67.436)**
Total de intangível em 2015	41.030	31.816	4.689	154.622	232.157
Total de intangível em 2016	44.953	43.839	6.411	154.622	249.825
Total de intangível em 2017	**49.977**	**49.770**	**8.859**	**184.917**	**293.523**

(i) Alienação de 8 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando ganho de capital líquido de R$1.042 (Nota 27, rubricas “Receita com lojas vendidas” e “Baixa de ativos de lojas vendidas”).

13. Intangível, líquido--Continuação

	Consolidado				
	Cessão de direito de uso	***Franchise fee***	**Licença de *software***	**Ágio *(goodwill)***	**Total**
Custo					
Saldo em 2015	67.886	38.820	9.766	171.789	288.261
Adições	15.361	15.059	3.962	-	34.382
Aquisição Realty (Nota 4.2)	7.912	980	-	30.294	39.186
Saldo em 2016	91.159	54.859	13.728	202.083	361.829
Adições	**11.443**	**8.862**	**5.329**	**-**	**25.634**
Baixas	**-**	**-**	**(423)**	**-**	**(423)**
Venda de lojas (i)	**(655)**	**(707)**	**(11)**	**-**	**(1.373)**
Saldo em 2017	**101.947**	**63.014**	**18.623**	**202.083**	**385.667**
Amortização					
Saldo em 2015	(24.839)	(4.852)	(5.077)	-	(34.768)
Adições	(11.066)	(3.036)	(2.242)	-	(16.344)
Aquisição Realty (Nota 4.2)	(1.711)	-	-	-	(1.711)
Saldo em 2016	(37.616)	(7.888)	(7.319)	-	(52.823)
Adições	**(11.316)**	**(3.333)**	**(2.815)**	**-**	**(17.464)**
Baixas	**-**	**-**	**360**	**-**	**360**
Venda de lojas (i)	**235**	**131**	**8**	**-**	**374**
Saldo em 2017	**(48.697)**	**(11.090)**	**(9.766)**	**-**	**(69.553)**
Total de intangível em 2015	43.047	33.968	4.689	171.789	253.493
Total de intangível em 2016	53.543	46.971	6.409	202.083	309.006
Total de intangível em 2017	**53.250**	**51.924**	**8.857**	**202.083**	**316.114**

(i) Alienação de 8 lojas, alinhado com a estratégia da Administração de foco em aumento da rentabilidade e do retorno sobre o capital investido, gerando ganho de capital líquido de R$1.042 (Nota 27, rubricas "Receita com lojas vendidas" e "Baixa de ativos de lojas vendidas").

Ágio (*goodwill*)

O *goodwill* gerado nas operações de aquisições é sustentado pela rentabilidade futura decorrente da sinergia dos negócios, diluição de custos fixos, crescimento esperado da marca, melhoria nas condições comerciais dos contratos existentes nas lojas adquiridas em função do maior poder de compra e de gestão de capital.

Teste de valor recuperável

Os ativos intangíveis foram submetidos a testes de valor recuperável (*impairment*), e nos exercícios findos 31 de dezembro de 2017 e de 2016, e não foram identificados ativos intangíveis que se encontrem registrados por valor superior a seu valor recuperável.

13. Intangível, líquido--Continuação

Teste de valor recuperável--Continuação

As projeções estão de acordo com o Plano de Negócios elaborado pela Administração da Companhia para os próximos cinco anos e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada uma das unidades geradoras de caixa ("UGC") para considerar aspectos de perpetuidade. Espera-se que o crescimento projetado das vendas, custos e indicadores econômicos estejam em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do país no qual a Companhia possui operações.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está em acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável dos Ativos (IAS 36). Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

- Os cálculos foram baseados na UGCs (restaurantes), consideramos a melhor estimativa do fluxo de caixa para os respectivos exercícios;

- As projeções foram feitas em reais e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC"), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. A taxa de desconto após impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 13,1% a.a em 2017 (14,7% a.a em 2016).

- A taxa real de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de todas as UGCs para um período de cinco anos foi de 1,5% para todos os anos, a qual reflete a perspectiva conservadora de crescimento da Companhia em relação a inflação futura anual. As taxas de crescimento média das receitas de vendas projetas para o período de cinco anos das UGCs foram corrigidas considerando projeção futura de Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) 4,5% e a abertura de novas lojas.

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Empréstimos e financiamentos (Nota 14.1)	**10.599**	21.456	**10.599**	26.510
Debêntures e CRA (Nota 14.2)	**475.108**	581.463	**475.108**	581.463
Total de empréstimos e financiamentos	**485.707**	602.919	**485.707**	607.973
Circulante	**209.987**	602.919	**209.987**	607.973
Não circulante	**275.720**	(a)	**275.720**	(a)

(a) Montante reclassificado para o curto prazo em função do não cumprimento aos *covenants* em 31 de dezembro de 2016.

14.1. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Taxa de juros (a.m)	**Vencimento**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Capital de giro	100%CDI +0,13% à 1,28%	jan/2017	**-**	10.437	**-**	15.491
Investimentos	0,89%	jan/2026	**10.577**	10.968	**10.577**	10.968
Outros	0,86% à 100% CDI + 0,80%	set/2018	**22**	51	**22**	51
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 14)			**10.599**	21.456	**10.599**	26.510
Circulante			**829**	21.456	**829**	26.510
Não circulante			**9.770**	(a)	**9.770**	(a)

(a) Montante reclassificado para o curto prazo em função do não cumprimento aos *covenants* em 31 de dezembro de 2016.

Moeda estrangeira

Em 2017 a Compania não possuía empréstimos em moeda estrangeira. No exercício de 2016, todos os empréstimos vinculados em moeda estrangeira foram quitados.

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

14.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

			Controladora e Consolidado	
	Taxa de juros (a.m)	**Vencimento**	**2017**	**2016**
Debêntures 1ª emissão	100% CDI + 0,15%	abr/2018	**20.325**	61.710
Debêntures 2ª emissão	100% CDI + 0,20%	mar/2019	**33.466**	60.472
Debêntures 3ª emissão	100% CDI + 0,20%	dez/2019	**61.414**	80.048
Debêntures 4ª e 5ª emissões (CRA)	100% CDI + 0,09%	fev/2019	**105.592**	107.667
Debêntures 6ª emissão	100% CDI + 0,24%	mai/2020	**62.127**	81.193
Debêntures 7ª emissão (CRA)	100% CDI + 0,07%	out/2020	**205.683**	208.216
Encargos financeiros transcorrer (*)			**(13.499)**	(17.843)
Total de debêntures (Nota 14)			**475.108**	581.463
Circulante			**209.158**	581.463
Não circulante			**265.950**	(a)

(*) Gastos com emissão das debêntures e CRA.

(a) Montante reclassificado para o curto prazo em função do não cumprimento aos *covenants* em 31 de dezembro de 2016.

Os montantes de debêntures e CRAs não circulantes, não descontados dos encargos financeiros a transcorrer, possuem os seguintes vencimentos originais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (não considerando os efeitos de *covenants* não atendidas em 2016):

	Controladora e Consolidado	
Ano	**2017**	**2016**
2018	**-**	97.949
2019	**178.875**	160.656
2020	**95.423**	214.946
	274.298	473.551

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

14.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)--Continuação

Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas.

Durante o exercício de 2016, a Companhia não cumpriu os *covenants* e as parcelas originárias das dívidas de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo foram reclassificadas para o curto prazo em sua totalidade. Em março de 2017, a Companhia obteve *waiver* anuindo com o não cumprimento às cláusulas restritivas e elas foram renegociadas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão apresentados a seguir:

Empréstimos e financiamentos:

(i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia, precisa ser inferior a 3,5 (três e meio) durante a vigência do contrato para os empréstimos;

Debêntures 1ª, 2ª, e 3ª emissão:

(i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser inferior 2,5 (dois e meio);

(ii) A relação entre EBITDA ajustado e a despesa financeira líquida precisa ser em 2017 maior ou igual a 2,5 (dois e meio), e para os próximos exercícios maior ou igual a 3,0 (três);

Debêntures 4ª e 5ª emissão (CRA)

(i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,0 (três);

(ii) A distribuição de dividendos não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido da Companhia;

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

14.2. Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)--Continuação

Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação

Debêntures 6ª emissão:

(i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,5 (dois e meio);

Debêntures 7ª emissão (CRA):

(i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,25 (três e um quarto) em 2017, e inferior a 3,0 (três) em 2018 e para os próximos exercícios;

(ii) A distribuição de dividendos não pode excerder 25% (vinte e cinco por cento) do resultado líquido da Companhia.

Os cálculos dos c*ovenants* conforme critérios e determinações estabelecidos nos contratos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Receita de vendas líquidas (Nota 24)	**1.783.838**	1.393.284
Custos das mercadorias e produtos vendidos e despesas com lojas (Notas 25 e 26) (*)	**(1.506.745)**	(1.202.004)
EBITDA operacional	**277.093**	**191.280**
Margem EBITDA operacional	**15,5%**	**13,7%**
Despesas gerais administrativas (Nota 27) (*)	**(71.918)**	(57.727)
EBITDA ajustado *(covenants)*	**205.175**	**133.553**
Empréstimos e financiamentos (Dívida) (Nota 14)	**485.707**	607.973
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Notas 5 e 6)	**(1.192.014)**	(332.676)
Dívida líquida	**(706.307)**	**275.297**
Resultado financeiro, líquido	**(56.264)**	(100.539)
Dívida líquida sobre EBITDA ajustado	**(3,4)**	2,1
EBITDA ajustado (*covenants*) sobre resultado financeiro	**3,6**	1,3

(*) Para o cálculo do EBITDA ajustado para *covenants* são desconsiderados as despesas com depreciação e amortização, resultado com baixas do imobilizado, resultado com sinistros, despesas pré-operacionais e despesas com aquisição e incorporação, conforme critério determinado pela Companhia.

Em 07 de março de 2017, em Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª, 2ª e 3ª emissões, foi aprovado: (i) a concessão de renúncia escrita ("waiver") pelo descumprimento dos *covenants* em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, retroagindo os efeitos a 30 de dezembro de 2016; e, (ii) a alteração de determinados índices financeiros previstos na Escritura de Emissão.

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

14.2. Debêntures e Certificados de Recebiveis do Agronegócio (CRA)--Continuação

Cláusulas restritivas (*covenants*)--Continuação

Em 24 de novembro de 2017, em Assembleia Geral dos Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª, 6ª emissões, foi aprovado: (i) a anuência prévia para alteração do controle da Emissora em decorrência da Oferta, de modo que não será declarado o vencimento antecipado das Debêntures em razão do disposto no inciso "i" da Cláusula 7.3.1 da Escritura de Emissão; e, (ii) pela concessão de anuência prévia com a solicitação da Companhia para que, caso, eventualmente, qualquer outro credor da Companhia declare o vencimento antecipado de sua respectiva operação de crédito com a Companhia, incluindo em decorrência de eventual perda pelos atuais acionistas controladores da Companhia do direito de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, tal declaração não será interpretada como Evento de Vencimento Antecipado Automático. A anuência prevista no item (ii) vigorará pelo prazo de seis meses a contar do encerramento da Oferta.

Em 14 de dezembro de 2017, em Assembleia de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agro da 1º e 2ª emissões, foi aprovado a alteração do controle acionário da Emissora em decorrência da realização de oferta pública de ações.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, a fiança bancária da Companhia com os bancos monta o valor de R$6.593 (R$7.973 em 2016), para assegurar o ponto comercial das lojas.

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional estão representados por liberações para financiamento da compra de bens para abertura de novas lojas e para utilização da Companhia. Estão garantidos pelas transações realizadas com cartões de crédito das bandeiras Visa, Mastercard e Amex.

Para as debêntures de 1ª, 2ª, e 3ª emissão foram dadas como garantia as transações realizadas com cartões de crédito e débito das bandeiras Visa, Mastercard e Amex em sua totalidade, com um mínimo de 15% do saldo devedor. Caso não perfaça a garantia, a Companhia precisa garantir o saldo devedor através de aplicações financeiras.

Para as debêntures de 6ª emissão a garantia é o fluxo financeiro dos recursos transacionados nos cartões das bandeiras Ticket, Sodexo e Alelo, com mínimo de 20% do saldo devedor e mais de 10% de Conta vinculada (*Cash Collateral*) (Nota 6). Caso não perfaça a garantia, o saldo devedor deverá ser garantido através de aplicações financeiras.

15. Fornecedores e aluguéis a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Fornecedores de materiais e serviços	**132.867**	76.069	**132.911**	76.102
Aluguéis e fundo de comércio	**6.086**	4.304	**6.086**	4.304
Total de fornecedores e aluguéis a pagar	**138.953**	80.373	**138.997**	80.406

16. Obrigações corporativas

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Royalties/Franchise Fee (Nota 21.1)	**13.966**	20.598
Total de obrigações corporativas	**13.966**	20.598

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	**2.424**	2.143	**4.378**	4.097
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	**71**	71	**74**	132
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	**18**	18	**71**	71
Programa de Integração Social – PIS	**889**	477	**1.147**	707
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	**331**	264	**887**	850
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**5.958**	1.607	**6.062**	1.632
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	**1.401**	1.307	**1.602**	1.508
Impostos parcelados (*)	**94**	1.755	**5.563**	11.504
ISS retido na fonte	**3.583**	2.813	**3.584**	2.813
INSS retido na fonte	**-**	91	**201**	703
Outros	**1.282**	760	**1.816**	925
Total de obrigações tributárias	**16.051**	11.306	**25.385**	24.942
Circulante	**16.023**	10.234	**20.272**	15.717
Não circulante	**28**	1.072	**5.113**	9.225

(*) Refere-se ao parcelamento espontâneo de impostos efetuado pela BGMAXX BA e pela BGMAXX AL.

18. Resultado diferido, líquido

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
	Receita diferida	**Receita diferida**
Resultado diferido, líquido	**-**	9.000
Total de resultado diferido, líquido	**-**	9.000

A receita diferida referia-se ao contrato de campanha de *marketing* firmado com fornecedores específico sobre a exclusividade na venda de produtos desses fornecedores nos restaurantes Burger King, exposição das marcas dos fornecedores e investimento em campanhas de *marketing* para aumento das vendas dos produtos Burger King e para consequente aumento das vendas dos produtos do fornecedor.

O contrato original firmado entre as partes possuía prazo de 5 (cinco) anos a partir de 2011. Dessa forma, as receitas provenientes do contrato acima foram amortizadas, no prazo do contrato, líquidas dos gastos reembolsáveis negociadas também à época, de forma linear. Especificamente em 2016, a Companhia recebeu o montante adicional de R$18.000, sem gastos reembolsáveis relacionados, para um aditivo contratual para os exercícios de 2016 e 2017, sendo o equivalente a R$9.000 para cada exercício.

As despesas com campanhas de *marketing* realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e que estão diretamente relacionadas com a finalidade do contrato firmado junto ao fornecedor foram classificadas como gastos reembolsáveis e foram reconhecidas no resultado de forma linear e no mesmo prazo do contrato.

19. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Provisões de gastos diversos	**15.442**	6.018	**15.442**	6.018
Investimentos a pagar – BGMAXX	**500**	500	**500**	500
Investimentos a pagar - King Food/ Good Food	**-**	597	**-**	597
Investimentos a pagar – Realty (Nota 4.2)	**-**	2.648	**-**	2.648
Adiantamento de clientes	**3.771**	-	**3.771**	-
Outros	**224**	370	**233**	372
Total de demais contas a pgar	**19.937**	10.133	**19.946**	10.135
Circulante	**19.937**	9.536	**19.946**	9.538
Não circulante	**-**	597	**-**	597

20. Provisão para demandas judiciais

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários, cíveis e reclamações trabalhistas, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como probabilidade de perda provável na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às provisões para demandas judiciais em discussão na esfera judicial estão demonstradas no quadro abaixo.

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2017, de outros processos tributários, cíveis e trabalhisas, e com base nos históricos dos processos prováveis e análise das causas principais, a mensuração dos processos com probabilidade de perda possível foi de R$28.606 (R$26.072 em 2016), a saber:

	Controladora e Consolidado			
	2017		**2016**	
	Provável	**Possível(*)**	**Provável**	**Possível(*)**
Processos trabalhistas	**5.706**	**19.641**	3.455	6.942
Processos cíveis	**500**	**6.066**	464	16.082
Processos tributários	**15**	**2.899**	13	3.048
Total de provisão para demandas judiciais	**6.221**	**28.606**	3.932	26.072

(*) Para os casos de perda possível, não existe nenhuma provisão para cobrir eventuais perdas com esses processos tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização, apenas sua divulgação.

Processos prováveis trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía uma provisão de R$5.706 (R$3.455 em 2016) para as contingências relacionadas a esses processos.

A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências registrando provisões para perdas prováveis com base na média de perda histórica dos últimos dezoito meses frente ao total de processos em aberto ao final do exercício, excluindo-se processos que são considerados como pontuais e não rotineiros, para os quais são efetuadas provisões específicas adotando-se critérios similares àqueles praticados para avaliações tributárias e cíveis.

20. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Processos possíveis trabalhistas

Ao longo do ano de 2017, o Ministério Público do Trabalho ajuizou duas ações civis públicas, cujo requerimento é de que a Companhia seja condenada no montante aproximado de R$8.000 devido a (i) suposta falta de cumprimento da cota legal de contratação de portadores de deficiência; e (ii) sanear as supostas irregularidades constatadas em laudos periciais e dano moral coletivo. Em tais casos, a Companhia e seus assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito e estão atuando na defesa da Companhia. Ambos os casos aguardam o encerramento da instrução processual.

Além disso, em outro caso de ação civil pública do Ministério Público do Trabalho, foi reavaliado o valor a risco da Companhia e aumentada a perda possível para R$3.000, devido a suposta falta de cumprimento da cota legal de contratação de jovens aprendizes e dano moral coletivo.

Processos possíveis cíveis

Os principais processos cíveis avaliados como de perda possível, em 2016, eram recentes à época e a exposição da Companhia havia sido calculada pelos seus assessores jurídicos com base nos valores requeridos nas causas. No decorrer do exercício de 2017, esses processos passaram a ser analisados por novos assessores jurídicos, que reavaliaram a exposição da Companhia frente a esses processos levando a uma redução significativa da exposição. Porém, as expectativas de perdas foram mantidas como possíveis.

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	2016	**Adições**	**Pagamentos**	**2017**
Processos trabalhistas	3.455	**5.215**	**(2.964)**	**5.706**
Processos cíveis	464	**51**	**(15)**	**500**
Processos tributários	13	**2**	**-**	**15**
Total	**3.932**	**5.268**	**(2.979)**	**6.221**

Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Processos trabalhistas	**20.787**	10.593	**20.816**	10.622
Processos cíveis	**1.117**	390	**1.117**	390
Processos tributários	**4.633**	2.913	**4.633**	2.913
Total de depósitos judiciais	**26.537**	13.896	**26.566**	13.925

O aumento no volume dos depósitos judiciais está relacionado ao aumento no número de processos trabalhistas.

21. Partes relacionadas

A Companhia tem como partes relacionadas a Burger King Corporation (BKC), em função do contrato de franquia existente entre as partes e que regula a relação entre o franqueador (BKC) e o master franqueado (BKB) (Nota 1). Em função do contrato de franquia existente entre as partes, a Companhia tem como obrigações junto ao franqueador o pagamento recorrente dos itens detalhados abaixo:

21.1 *Franchise Fees* e *Royalties*

Franchise Fees (válido por 20 anos e cobrado após a inauguração de cada restaurante)

- Restaurantes Tradicionais: US$45 mil/restaurante;
- Restaurantes Express: US$30 mil/restaurante;
- *Kiosks* de sobremesas: US$5 mil/*kiosk*;

Royalties

- 5% sobre a receita líquida mensal de todos os restaurantes

Essas transações são feitas através de condições exclusivas previstas no contrato com a BKC, uma vez que a BKB é a representante da marca no Brasil, não havendo condições comparáveis no mercado.

Adicionalmente, em função do contrato de Master Franchise existente entre as partes, a Companhia faz jus ao recebimento de um *fee* mensal de serviços decorrentes das atividades de gestão dos franqueados existentes no país desenvolvidos até o ano de 2011. Por esse serviço a Companhia faz jus a uma receita mensal equivalente à 0,5% da receita líquida dos restaurantes desenvolvidos por esses franqueados. Essas transações também são feitas em condições específicas, conforme contrato.

A Companhia mantém partes relacionadas com sua controlada (BGMAXX BA), principalmente pela contribuição ao Fundo de *Marketing* e também com seus fornecedores Unidas S.A. (R$124 em 31 de dezembro de 2017) que fornece locação da frota de veículos para a BKB e a Austral Seguradora S.A. (zero em 31 de dezembro de 2017) que possui seguros fianças junto a BKB . Os fornecedores mencionados foram contratados mediante aos serviços e preços praticados convencionalmente no mercado, respeitando a política da Companhia na contratação destes tipos de serviços.

21. Partes relacionadas—Continuação

Em função dos contratos expostos, a Companhia tem registrado em seu contas a pagar e a receber, nos anos de 2017 e de 2016 os seguintes valores:

	Burger King Corporation (BKC)		BGMAXX BA		Realty	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Ativo						
Contas a receber de clientes (Nota 7)	**639**	877	**-**	-	**-**	-
Adições de Franchise *fee* (Nota 13)	**8.862**	15.059	**-**	-	**-**	-
Outras contas a receber	**-**	-	**2.162**	2.162	**-**	-
Passivo						
Obrigações corporativas (Nota 16)	**(13.966)**	(20.598)	**-**	-	**-**	-
Outras contas a pagar	**-**	-	**(74)**	-	**-**	(535)
Resultado						
Despesas com *Royalties*	**(87.405)**	(71.201)	**-**	-	**-**	-

21.2 Remuneração da Administração

	2017	**2016**
Pró-labore	**4.511**	3.430
Benefícios díretos e indiretos	**918**	782
Remuneração variável	**6.767**	5.845
	12.196	10.057

Os executivos da Companhia também estão inseridos no Plano de Opção de Ações (*Stock Options*), os quais estão descritos na Nota 34.

22. Patrimônio líquido

Capital social

Em 18 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a sua oferta pública de ações (IPO) com a emissão de 49.230.769 ações ordinárias. O preço inicial de oferta foi de R$18,00 por ação ordinária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A., sob o código BKBR3. (Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R$895.836 (R$1.506 em 2016) e está representado por 222.278.169 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas como segue:

	Quadro Acionário BK Brasil – 2017		
	Total de Ações		
Acionistas	**Subscritas**	**Integralizadas**	**% Participação**
Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações	**29.535.393**	**29.535.393**	**13,3%**
Burger King do Brasil Assessoria a Restaurantes Ltda.	**22.442.100**	**22.442.100**	**10,1%**
Sommerville Investments B.V. (Temasek)	**18.523.620**	**18.523.620**	**8,3%**
Montjuic Fundo de Investimento em Participações	**28.380.817**	**28.380.817**	**12,8%**
Outros	**123.396.239**	**123.396.239**	**55,5%**
	222.278.169	**222.278.169**	**100,0%**

O capital social autorizado da Companhia é de 237.673.167 ações ordinárias, de forma que o capital social pode ser aumentado dentro do referido limite, independente de reforma estatutária mediante deliberação de Conselho de Administração.

Em 5 de agosto de 2016, foi aprovado o aumento de capital para R$1.143, líquido dos custos mediante a emissão de 1.207.000 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R$800,51 (oitocentos reais e cinquenta e um centavos) cada, através da integralização de capital dos beneficiários do Plano de Opção de Compras de Ações. A reserva de ágio foi apurada pela diferença entre o valor nominal da ação (R$1,00 - um real) e o valor de subscrição R$800,51 (oitocentos reais e cinquenta e um centavos). Os beneficiários do Plano de Opções de Compras de Ações integralizaram R$9.662 representado 1.207.000 novas ações ordinárias, sendo R$9.650 referente à essa reserva de capital.

22. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em 8 de agosto de 2016, a acionista Montijuc Fundo de Investimento em Participações subscreveu mais 36.179.800 novas ações ordinárias. A reserva de ágio foi apurada pela diferença entre o valor nominal da ação (R$1,00 - um real) e o valor de subscrição R$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos). A acionista Montijuc Fundo de Investimento em Participações integralizou R$200.000 representado por 20.676.200 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R$207 referente às ações e R$199.793 referente à reserva de capital, permanecendo um total de 155.056 ações preferenciais a integralizar pelo preço de R$967,39 (corrigidas pelo IPCA), sendo R$155 referente às ações e R$149.845 à essa reserva de capital. A operação não gerou nenhum Bônus de Subscrição adicional.
Em setembro de 2016, houve também o pagamento de custos da captação junto ao banco no valor de R$13.827 e custos aos advogadosno valor de R$798 sendo esses redutores da conta de "Reserva de capital" conforme CPC 08 - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Em 22 de junho de 2017, a acionista Sommerville Investments B.V. efetuou (i) o exercício parcial do Bônus de Subscrição nº 4 – Série 3 resultando na emissão de 67.400 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,001484 cada, totalizando o montante de R$1,00 (um Real); e (ii) o exercício do Bônus de Subscrição nº 1 – Série 3 resultando na emissão de 5.940.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,00001684 cada, totalizando o montante de R$1,00 (um Real). As ações emitidas pela Companhia em decorrência do exercício dos Bônus de Subscrição foram totalmente subscritas pela acionista Sommerville Investments B.V. e integralizados em moeda corrente nacional. Ainda nesta data, a acionista Vinci Capital Partners II B Fundo de Investimento em Participações alienou 8.550.700 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas para a King Arthur LLC, que ingressou como acionista da Companhia.

Em 08 de agosto de 2017, a acionista Montjuic Fundo de Investimento e Participações integralizou a porção do capital social da Companhia que estava pendente de integralização, pelo preço de emissão de R$967,39 (novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos) por ação, pelo valor total de R$150.000, integralmente reconhecida na rubrica de ágio na emissão de ações (Reserva de Capital).

22. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em 9 de outubro de 2017, a acionista Sommerville Investments B.V. efetuou (i) novo exercício parcial do Bônus de Subscrição nº 4 – Série 3, resultando na emissão de 68.800 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,001453488 cada, totalizando o montante de R$1,00 (um Real); (ii) exerceu antecipadamente o direito de não ser diluída no caso de exercício, por quaisquer dos membros da Administração da Companhia, das opções de compra de ações da Companhia que tais membros possuem no âmbito do Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, resultando na emissão de 1.236.400 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R$0,00008088 cada, totalizando o montante de R$1,00 (um Real); e (iii) o exercício antecipado do Bônus de subscrição nº 3 – Série 3, resultando na emissão de 10.700 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,009345794 cada, totalizando o montante de R$1,00 (um Real). As ações emitidas pela Companhia em decorrência do exercício dos referidos Bônus de Subscrição foram totalmente subscritas pela acionista Sommerville Investments B.V. e serão integralizadas em moeda corrente nacional.
Em 9 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia (com exceção da BKC, que não possuía tal direito), exerceram antecipadamente o direito de não serem diluídos no caso de exercício, por quaisquer dos membros da Administração da Companhia, das opções de compra de ações da Companhia que tais membros possuem no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, resultando na emissão de 6.660.800 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$0,000015013 cada, totalizando o montante de R$1,00 (um Real).

Em decorrência das emissões de ações ordinárias ocorridas em 9 de outubro de 2017, todos os bônus de subscrição emitidos pela Companhia foram devidamente exercidos, as respectivas ações a que tais bônus de subscrição faziam jus foram emitidas e, assim, todos os bônus de subscrição emitidos pela Companhia estão extintos de pleno direito (exceto pelo Bônus de Subscrição 1 – Série 2 de emissão da Companhia, cujas respectivas ações ordinárias decorrentes de seu exercício foram emitidas em 22 de novembro de 2017, conforme abaixo). Também em decorrência das emissões de ações ordinárias ocorridas em 9 de outubro de 2017, nenhum acionista da Companhia possui direito de não ser diluído em futuras emissões de ações ordinárias pela Companhia, por qualquer razão.

22. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em 11 de outubro de 2017, os acionistas da Companhia deliberaram: (i) a conversão da totalidade das 36.179.800 ações preferenciais, todas detidas pela acionista Montjuic Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em 361.798 ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como a extinção das ações preferenciais da Companhia; (ii) a redução do capital autorizado da Companhia de 151.161.500 ações ordinárias para 72.802.867 ações ordinárias; e (iii) o desdobramento da totalidade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, na proporção de 1 ação ordinária para 100 ações ordinárias, distribuídas entre os acionistas na mesma proporção detida por cada um deles anteriormente ao desdobramento, mantendo o valor do capital social da Companhia de R$1.506.

Em 22 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital para R$5.758 mediante a emissão de 4.252.600 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$4,7381 cada, em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição nº1 - Série 2 detido pelo Sr. Luiz Eduardo Batalha. A reserva de ágio foi apurada pela diferença entre o valor nominal da ação de R$1,00 e o valor atualizado da parcela contingente de R$47.284 registrado anteriormente no passivo não circulante na rubrica “Parcelas contingentes a aquisições”.
Em 23 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital para R$9.683 mediante a emissão de 2.662.200 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R$9,0473 por ação em decorrência da opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Primeiro Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia e mais a emissão de 1.262.300 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R$6,8064 por ação em decorrência da opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia. A reserva de ágio foi apurado pela diferença entre o valor nominal da ação de R$1,00 e os valores de subscrição (R$9,0473 e R$6,8064 respectivamente). O valor do ato foi de R$32.678, sendo R$3.925 no Capital Social e R$28.753 para Reserva de Capital, e sua liquidação ocorreu em caixa em dezembro de 2017.

22. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em 14 de dezembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital para R$895.836 mediante a emissão de 49.230.769 novas ações ordinárias, pelo preço de emissão de R$18,00 por ação, que foram objeto da Oferta Pública, a qual totalizou R$886.153, cujo os custos com bancos, advogados, consultores e outros custos totalizaram R$48.578 relacionados ao IPO, sendo esses redutores da conta de "Reserva de capital" conforme CPC 08 - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Os recursos captados foram efetivamente aportados em 20 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía mais nenhum Bônus de subscrição em aberto.

Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estão previstas as seguintes destinações ao lucro líquido:

(i) Dividendo obrigatório de 25% do lucro do exercício social.

(ii) O saldo remanescente do lucro será destinado por Assembleia Geral.

A Companhia não realizou a destinação de dividendos no exercício de 2017 devido a absorção do lucro líquido por prejuízos acumulados, e em 2016 devido ao prejuízo apresentado:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.819**	(93.456)
Prejuízos acumulados		
Saldo inicial	**(198.183)**	(104.727)
Absorção do resultado do exercício	**3.819**	(93.456)
Saldo final	**(194.364)**	(198.183)

23. Resultado por ação

Baseado no CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve apresentar os prejuízos básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na média ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações que não estão em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro e prejuízo por ação básico e diluído. Em função do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as ações com potenciais efeitos de diluição não são consideradas, pois o impacto seria de antidiluição.

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Numerador básico		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.819**	(93.456)
Denominador básico		
Média ponderada básica do número de ações	**158.476.527**	125.650.600
Lucro (prejuízo) básico por ação	**0,00002**	(0,0007)
Numerador diluído		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.819**	(93.456)
Denominador diluído		
Média ponderada do número de ações	**158.476.527**	125.650.600
Opções de ações (Nota 34)	**2.830.900**	4.297.000
Efeito anti-diluição	**-**	(4.297.000)
Média ponderada diluída do número de ações	**161.307.427**	125.650.600
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação	**0,00002**	(0,0007)

24. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receita bruta de vendas	**1.917.672**	1.455.431	**1.917.672**	1.499.991
Deduções das receitas de vendas	**(148.082)**	(115.046)	**(148.082)**	(118.053)
Receita líquida de vendas	**1.769.590**	1.340.385	**1.769.590**	1.381.938
Receita bruta de prestações de serviços	**15.089**	12.042	**15.089**	12.042
Deduções das receitas de prestações de serviços	**(841)**	(697)	**(841)**	(696)
Receita líquida de prestações de serviços	**14.248**	11.345	**14.248**	11.346
Total receita operacional líquida	**1.783.838**	1.351.730	**1.783.838**	1.393.284

25. Custo das mercadorias e dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Custos com alimentos, bebidas e embalagens	**(630.801)**	(486.020)	**(630.801)**	(504.289)
Outros custos (i)	**(57.070)**	(22.013)	**(57.070)**	(22.013)
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	**(687.871)**	(508.033)	**(687.871)**	(526.302)

(i) Aumento decorrente principalmente com custo logístico e frete em virtude da migração de lojas para o cenário de compras pelo centro de distribuição próprio.

26. Despesas com lojas

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Despesas com pessoal	**(308.198)**	(249.049)	**(308.198)**	(252.877)
Royalties e fundo de *marketing*	**(160.078)**	(131.784)	**(160.078)**	(135.778)
Despesas com ocupação e *utilities*	**(221.930)**	(165.023)	**(221.930)**	(169.922)
Depreciações e amortizações (Notas 12 e 13)	**(109.253)**	(91.682)	**(110.197)**	(94.206)
Despesas pré-operacionais (*)	**(6.138)**	(6.255)	**(6.138)**	(6.255)
Serviços diversos	**(39.127)**	(43.534)	**(39.127)**	(44.516)
Reparos e manutenções	**(27.678)**	(20.916)	**(27.678)**	(21.868)
Outras	**(61.786)**	(48.475)	**(61.863)**	(50.741)
Total de despesas com lojas	**(934.188)**	(756.718)	**(935.209)**	(776.163)

(*) As despesas pré-operacionais de restaurantes são representadas, principalmente, por custos com salários e encargos dos profissionais das lojas, serviços prestados por terceiros e outras despesas geradas antes das inaugurações das lojas.

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Despesas com pessoal	**(85.845)**	(67.811)	**(85.845)**	(68.498)
Despesas com ocupação e utilities	**(1.135)**	(2.775)	**(1.135)**	(2.947)
Depreciação e amortização (Notas 12 e 13)	**(9.500)**	(9.190)	**(9.500)**	(9.190)
Despesas com aquisição e incorporação (i)	**(2.098)**	(2.764)	**(2.098)**	(2.764)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Notas 12 e 13)	**(17.867)**	(3.627)	**(17.912)**	(5.022)
Receita com lojas vendidas	**10.155**	-	**10.155**	-
Baixa de ativos de lojas vendidas	**(9.113)**	-	**(9.113)**	-
Resultado com sinistros	**309**	(247)	**309**	(247)
Provisão para *impairment* (Nota 12)	**4.627**	(1.049)	**4.627**	(1.049)
Custo com plano de ações (Nota 34)	**(5.518)**	(304)	**(5.518)**	(304)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (ii)	**20.611**	14.684	**20.580**	14.022
Total de despesas gerais e administrativas	**(95.374)**	(73.083)	**(95.450)**	(75.999)

(i) Representadas, principalmente, por gastos de terceiros relacionados aos processos de aquisição e incorporação realizados durante o exercício.

(ii) Refere-se às receitas com prêmio sobre acordo inicial de fornecimento e reversão de gastos inerentes à construção de lojas, despesas com provisões para demandas judiciais, serviços tomados e gastos com viagens.

28. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Juros sobre empréstimos	**(63.117)**	(76.252)	**(63.190)**	(80.827)
Despesas bancárias e juros diversos	**(4.849)**	(3.512)	**(4.960)**	(3.556)
Variação cambial passiva	**(582)**	(4.523)	**(582)**	(4.526)
Despesas com *swap*	**(438)**	(20.514)	**(438)**	(20.514)
Ajuste do saldo a pagar referente à parcela contingente (Nota 4.1)	**(9.527)**	(26.027)	**(9.527)**	(26.027)
Outros	**(4.915)**	(6.127)	**(5.992)**	(6.623)
Despesas financeiras	**(83.428)**	(136.955)	**(84.689)**	(142.073)

29. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Juros e rendimentos de aplicações financeiras	**25.986**	15.522	**26.373**	15.524
Variação cambial ativa	**2.093**	22.186	**2.093**	22.186
Receita com *swap*	**4**	3.237	**4**	3.237
Impostos sobre receitas financeiras	**(1.260)**	(794)	**(1.260)**	(794)
Outros	**1.216**	1.044	**1.215**	1.381
Receitas financeiras	**28.039**	41.195	**28.425**	41.534

30. Imposto de renda e contribuição social

Composição do resultado

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Corrente	-	-	**-**	(361)
Diferido	**(5.225)**	(7.376)	**(5.225)**	(7.376)
	(5.225)	(7.376)	**(5.225)**	(7.737)

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**9.044**	(86.080)	**9.044**	(85.719)
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**(3.075)**	29.267	**(3.075)**	29.144
Ajustes para reconciliar a taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	**(670)**	(1.433)	**-**	-
Tributos diferidos não reconhecidos	**(10.487)**	(29.331)	**(10.487)**	(29.331)
Pagamento de bônus não dedutíveis	**(2.301)**	(1.543)	**(2.301)**	(1.543)
Quebra de caixa	**(480)**	(550)	**(480)**	(550)
Multas e infrações fiscais e trabalhistas	**(217)**	(402)	**(217)**	(402)
Custo com plano de opção de ações	**(1.876)**	(103)	**(1.876)**	(103)
Custo com emissão de ações	**16.517**	-	**16.517**	-
Despesas pré-operacionais	**(2.087)**	(2.127)	**(2.087)**	(2.127)
Outras diferenças permanentes	**(549)**	(1.154)	**(1.219)**	(2.825)
Imposto de renda e contribuição social	**(5.225)**	(7.376)	**(5.225)**	(7.737)

Diferidos

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data-limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS12), que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

30. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Diferidos--Continuação

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos, líquida, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Impostos de renda e contribuição social diferidos - ativo	**-**	4.296
Impostos de renda e contribuição social diferidos - passivo	**(38.309)**	(33.085)
	(38.309)	(28.789)

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
Prejuízo fiscal e base negativa	**190.859**	158.862
Diferenças temporárias		
Provisão para demandas judiciais (Nota 20)	**6.221**	3.932
Provisão bônus	**24.891**	17.843
Provisão compras	**1.426**	295
Provisão para *Impairment* (Nota 12)	**3.328**	7.955
Pré operacional	**15.749**	13.128
Ajuste do saldo a pagar referente à parcela contingente	**-**	26.027
Provisões de despesas	**15.791**	9.887
Outras	**47**	2.264
Base de cálculo	**258.312**	240.193
Alíquota vigente	**34%**	34%
	87.826	81.666
(-) Tributos diferidos não reconhecidos	**(87.826)**	(77.370)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo	**-**	4.296
Regime tributário de transição - R.T.T.	**(1.743)**	-
Encargos financeiros a transcorrer	**(13.499)**	(17.843)
Amortização fiscal do ágio (goodwill)	**(97.304)**	(78.316)
Resultado de operação de derivativos	**(127)**	-
Outros	**-**	(1.152)
Base de cálculo	**(112.673)**	(97.311)
Alíquota combinada	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo	**(38.309)**	(33.085)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	**(38.309)**	(28.789)

Diante das expectativas de lucro tributário futuro, a Companhia optou por provisionar o saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, até o limite esperado de utilização prevista para 2018. A Companhia não considera o saldo de prejuízos fiscais de suas controladas, uma vez que não há expectativa de realização futura.

30. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Adesão ao PERT (programa especial de regularização tributária)

Em setembro de 2017, a Companhia e suas controladas aderiram ao PERT. Nesta ocasião, a Companhia utilizou R$12.636 do seu prejuízo fiscal para abater os saldos remanescentes dos impostos federais e previdenciários.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos, contas a receber de clientes e demais contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetados para 2018. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2017.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Sensibilidade a taxas de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

	Controladora		Consolidado	
Instrumento de taxa variável	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 5)	**82.231**	206.916	**82.341**	210.339
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	**1.089.669**	75.756	**1.089.669**	75.756
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**(485.707)**	(602.919)	**(485.707)**	(607.973)

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável utilizamos o CDI médio de 10,07%.

			Consolidado				
			I	**II**	**III**	**IV**	**V**
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**50%**	**25%**	**(25%)**	**(50%)**
Aplicações financeiras (Notas 5 e 6)	**1.172.010**	**Variação DI**	**26.373**	**12.993**	**6.497**	**(6.497)**	**(12.993)**
Empréstimos e financiamentos (Nota 14) (a)	**(475.130)**	**Variação DI**	**(63.190)**	**(31.558)**	**(15.779)**	**15.779**	**31.558**

(a) Somente contemplam os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio está suscetível às variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. A exposição da Companhia está relacionada, basicamente, à compra de máquinas e equipamentos, alguns insumos, pagamento de *royalties* e taxa de franquia em moeda estrangeira. Como medida para mitigar os riscos das variações cambiais, a Companhia contratou *hedges* através de contratos de NDF.

Sensibilidade a taxas de câmbio

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Controladora e Consolidado				
				I	II	III	IV	V
Exposição patrimonial	**Exposição**	**Risco**	**Taxa de câmbio em 31/12/2017**	**Provável**	**50%**	**25%**	**(25%)**	**(50%)**
Royalties/Franchise Fee (Nota 16)	**13.966**	**Variação dólar americano**	**3,3074**	**13.966**	**(6.983)**	**(3.492)**	**3.492**	**(6.983)**

Em decorrência do prazo médio de pagamento dos *Royalties* e do *Franchise Fee* serem inferiores a 30 dias, a Companhia avalia como baixo o risco de volatilidade cambial. Sendo assim, a Companhia utilizou como cenário provável a taxa vigente em 31 de dezembro de 2017.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Por se tratar de atividade de varejo, e pela modalidade de venda (contração em cartões de crédito, débito e de refeições), este não é um risco significativo para a Companhia.

A Companhia possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, *ratings* e critérios de liquidez.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito--Continuação

A tabela abaixo demonstra o *Rating* dos valores aplicados (Notas 5 e 6) conforme a agência *Fitch.*

	Controladora		Consolidado	
Rating	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
AAA	**543.601**	108.537	**543.711**	111.960
AA+	**66.947**	87.167	**66.947**	87.167
AA-	**557.921**	76.690	**557.921**	76.690
BBB+	**3.431**	10.278	**3.431**	10.278
	1.171.900	282.672	**1.172.010**	286.095

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez significativo, considerando a sua capacidade de geração de caixa.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

	Controladora					
	Saldo contábil	**Fluxo financeiro**	**Menos de 3 meses**	**de 3 meses a 1 ano**	**de 1 a 5 anos**	**Total**
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**102.235**	**102.235**	**102.235**	**-**	**-**	**102.235**
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	**1.089.669**	**1.089.669**	**-**	**1.076.384**	**13.285**	**1.089.669**
Contas a receber (Nota 7)	**60.958**	**60.958**	**60.958**	**-**	**-**	**60.958**
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**485.707**	**545.796**	**37.733**	**198.480**	**309.583**	**545.796**
Forcedores e aluguéis a pagar (Nota 15)	**138.953**	**138.953**	**138.953**	**-**	**-**	**138.953**
Obrigações corporativas (Nota 16)	**13.966**	**13.966**	**13.966**	**-**	**-**	**13.966**
Obrigações tributárias (Nota 17)	**16.051**	**16.051**	**4.006**	**12.017**	**28**	**16.051**

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado					
	Saldo contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	de 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	102.345	102.345	102.345	-	-	102.345
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	1.089.669	1.089.669	-	1.076.384	13.285	1.089.669
Contas a receber (Nota 7)	60.958	60.958	60.958	-	-	60.958
Passivos						
Empréstimos e financimentos (Nota 14)	485.707	545.796	37.733	198.480	309.583	545.796
Forcedores e aluguéis a pagar (Nota 15)	138.997	138.997	138.997	-	-	138.997
Obrigações corporativas (Nota 16)	13.966	13.966	13.966	-	-	13.966
Obrigações tributárias (Nota 17)	25.385	25.385	5.068	15.204	5.113	25.385

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Gestão do capital

Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas.

A utilização de recursos financiados será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Administração entender que este custo será menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios.

O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), swaps, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante.

A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados.

31. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Gestão do capital--Continuação

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Patrimônio líquido	**1.617.194**	540.320
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**(102.345)**	(256.920)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	**(1.089.669)**	(75.756)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 32)	**(127)**	-
Empréstimos e financimentos (Nota 14) (*)	**485.707**	607.973
Dívida líquida	**(706.434)**	275.297
Capital total	**910.760**	815.617

(*) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos

32. Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora e Consolidado	
	2017	**2016**
NDF - Non deliverable Forward	**127**	(356)
Total *NDF*	**127**	(356)

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de "*NDF*" e são resumidos a seguir:

			Controladora e Consolidado			
			2017		**2016**	
Instrumentos	**Vencimento**	**Ativo (objeto protegido)**	**Nocional**	**Valor justo**	**Nocional**	**Valor justo**
(Não designados como hedge de fluxo de caixa)						
NDF	13/01/2017	USD + Pré 3,3933%	**-**	**-**	540	(70)
NDF	03/01/2017	USD + Pré 3,3370%	**-**	**-**	205	(17)
NDF	31/01/2017	USD + Pré 3,3651%	**-**	**-**	332	(29)
NDF	24/02/2017	USD + Pré 3,3419%	**-**	**-**	317	(13)
NDF	03/01/2017	USD + Pré 3,3840%	**-**	**-**	1.781	(227)
NDF	15/01/2018	USD + Pré 4,2209%	**2.932**	**127**	-	-
			2.932	**127**	3.175	(356)

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos.

33. Valor justo

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.
A composição abaixo demonstra ativos financeiros da companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos equivalem ao valor registrado contabilmente de acordo com os critérios determinados de hierarquia de valor justo pelo Nível 2.

Os contratos de NDFs são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na B3 S.A.

33. Valor justo--Continuação

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores dos principais ativos e passivos financeiros ao valor justo aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	Valor contábil	**Valor justo**	**Nível hierárquico do valor justo**
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**102.345**	**102.345**	**2**
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	**1.089.669**	**1.089.669**	**2**
Contas receber de clientes, líquido (Nota 7)	**60.958**	**60.958**	**2**
Passivos			
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	**485.707**	**488.768**	**2**
Fornecedores e aluguéis a pagar (Nota 15)	**138.997**	**138.997**	**2**
Obrigações corporativas (Nota 16)	**13.966**	**13.966**	**2**

34. Plano de remuneração baseado em ações

Primeiro Plano

Em 7 de julho de 2014, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Primeiro Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a Membros da Administração. O Primeiro Plano foi aditado na Assembleia Geral Extraordinária de 22 de junho de 2017.

As informações do aditamento do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Primeiro Plano			
	Primeiro Lote	**Segundo Lote**	**Terceiro Lote**	**Total**
Data de emissão	07/07/2014	07/07/2014	07/07/2014	N/A
Data de aditivo do plano	22/06/2017	22/06/2017	22/06/2017	N/A
Data de *vesting*	14/07/2018	14/07/2019	14/07/2020	N/A
Preço de exercício	17,5000	17,5000	17,5000	17,5000
Strike Price (estimado) na data do balanço	9,0473	9,0473	9,0473	9,0473
Taxa de juros, isenta de riscos %	8,69%	9,20%	9,87%	N/A
Tempo contratual de exercício por lote	1 ano	2 anos	3 anos	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	14,91%	14,91%	14,91%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	236.400	44.600	44.800	325.800
Quantidade de opções vestidas	6.431.000	-	-	6.431.000
Quantidade de opções exercidas	4.094.800	-	-	4.094.800
Quantidade de opções a exercer	2.572.600	44.600	44.800	2.662.000
Valor justo estimado (R$/ação)	1,0944	1,2912	1,4832	N/A

Segundo Plano

Em 22 de junho de 2017, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Segundo Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a Membros da Administração.

Os participantes adquiriram o direito de exercer o primeiro lote de suas opções a partir de 14 de julho de 2017 ("Lote Inicial" ou "Vesting Inicial", conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis em 14 de julho de 2018 e 14 de julho de 2019, sendo certo que para os fins dessa participação será considerado "Período de Vesting", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos. Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de "Vesting" de parte ou da totalidade dos lotes das opções do participante.

34. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Segundo Plano--Continuação

Exceto pela BKC, os demais acionistas da Companhia possuem o direito de não serem diluídos no caso de exercício, por quaisquer dos membros da Administração da Companhia, das opções de compra de ações da Companhia que tais membros possuem no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Caso ocorra o exercício de tais opções, os acionistas da Companhia (exceto pela BKC) terão o direito de receber tantas ações da Companhia quantas forem necessárias para anular os efeitos de tal exercício.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Segundo Plano		
	Primeiro Lote	**Segundo Lote**	**Total**
Data de emissão	22/06/2017	22/06/2017	N/A
Data de *vesting*	14/07/2018	14/07/2019	N/A
Preço de exercício	17,5000	17,5000	17,5000
Strike price (estimado) na data do balanço	6,8064	6,8064	6,8064
Taxa de juros, isenta de riscos %	8,69%	9,20%	N/A
Tempo contratual de exercício por lote	1 ano	2 anos	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	14,91%	14,91%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	434.500	827.600	1.262.100
Quantidade de opções vestidas	1.262.300	-	1.262.300
Quantidade de opções exercidas	1.262.300	-	1.262.300
Quantidade de opções a exercer	434.500	827.600	1.262.100
Valor justo estimado (R$/ação)	3,2323	3,5470	N/A

Terceiro Plano

Em 22 de junho de 2017, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Terceiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O Terceiro Plano estabelece condições gerais de aquisição e de outorga, pela Companhia, de opções de compra de ações a Membros da Administração.

34. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Terceiro Plano—Continuação

Os participantes adquiriram o direito de exercer o primeiro lote de suas opções a partir de 14 de julho de 2017 ("Lote Inicial" ou "Vesting Inicial", conforme aplicável), sendo os demais lotes exercíveis em 14 de julho de 2018, 14 de julho de 2019, 14 de julho de 2020 e 14 de julho de 2021, sendo certo que para os fins dessa participação será considerado "Período de Vesting", em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos. Sem prejuízo, o Comitê de Gestão poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, antecipar o período de "Vesting" de parte ou da totalidade dos lotes das opções do participante.

As informações do programa de opção de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

	Terceiro Plano				
	Primeiro Lote	**Segundo Lote**	**Terceiro Lote**	**Quarto Lote**	**Total**
Data de emissão	22/06/2017	22/06/2017	22/06/2017	22/06/2017	N/A
Data de *vesting*	14/07/2018	14/07/2019	14/07/2020	14/07/2021	N/A
Preço de exercício	17,50	17,50	17,50	17,50	17,50
Strike price (estimado) na data do balanço	10,1618	10,1618	10,1618	10,1618	10,1618
Taxa de juros, isenta de riscos %	8,69%	9,20%	9,87%	10,24%	N/A
Tempo contratual de exercício por lote	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	N/A
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	N/A
Volatilidade das ações no mercado %	14,91%	14,91%	14,91%	14,91%	N/A
Quantidade total de opções em aberto	494.700	988.600	1.482.700	1.482.700	4.448.700
Quantidade de opções vestidas	494.700	-	-	-	494.700
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	-
Quantidade de opções a exercer	4.004.800	3.954.000	2.965.400	1.482.700	4.943.400
Valor justo estimado (R$/ação)	0,609	1,0764	1,5304	1,929	N/A

Abaixo demonstramos a movimentação das opções do primeiro, segundo e terceiro planos:

	Primeiro Plano	**Segundo Plano**	**Terceiro Plano**	**Total**
Em aberto em 31 de dezembro de 2016	4.916.100	-	-	4.916.100
Outorgadas	408.100	2.524.400	4.943.400	7.875.900
Cancelados	-	-	-	-
Exercídos	(2.662.200)	(1.262.300)	-	(3.924.500)
Em aberto em 31 de dezembro de 2017	2.662.000	1.262.100	4.943.400	8.867.500
Exercíveis em 31 de dezembro de 2017 (*vested*) (Nota 23)	2.336.200	-	494.700	2.830.900

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R$5.518 (R$304 em 2016) de despesas oriundas dos planos de remuneração baseado em ações, registradas na rubrica de Despesas gerais e administrativas (Nota 27).

35. Seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha as seguintes apólices de seguros vigentes:

Local segurado	Limite máximo de indenização
Responsabilidade Civil Administrativo Diretores (D&O)	50.000
Responsabilidade Civil - GERAL	32.000
Patrimonial (RO) - Média	15.000
Responsabilidade Civil Profissional (E&O)	10.000
Seguro de Oferta Pública (POSI)	70.000

36. Compromissos - arrendamentos mercantis operacionais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia arrenda 551 lojas como arrendamento operacional. Esses arrendamentos são em média de 10 anos, com opção de renovação do arrendamento após esse período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em índice de preço local.

Durante o ano, um montante consolidado de R$71.359 (R$71.359 em 2016), foi reconhecido como despesa no resultado com relação a arrendamentos operacionais.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis considerando as lojas em operação em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

	2017
Dentro de um ano	108.066
Após um ano, mas menos de cinco anos	426.513
Mais de cinco anos	121.810
	656.389

37. Eventos subsequentes

37.1. Assinatura de Contrato de Compra e Venda de Aquisição de empresas

A Companhia está no processo de aquisição da totalidade das ações de emissão dos franqueados King Food Comércio de Alimentos S.A., Good Food Comércio de Alimentos S.A. e Fast Burger Comércio de Alimentos S.A., que possuem no total 51 restaurantes e 20 quiosques de sobremesa do sistema BURGER KING®. Conforme mencionado no Prospecto do IPO, o valor aproximado da transação será de R$345 milhões, o qual ainda encontra-se em fase de negociações.

A efetiva aquisição está sujeita ao cumprimento de diversas condições suspensivas, entre elas, a aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") que ocorreu em 31/01/2018 de forma satisfatória para a BKB publicada no Diário Oficial da União ("DOU"), a realização da oferta pública inicial de ações da Companhia ocorrida em 18 de dezembro de 2017 (Nota 1) e a conclusão satisfatória de *due diligence* jurídica, contábil, financeira e operacional das companhias.

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2017

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1°, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n° 161, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 06 de março de 2018.

Iuri de Araújo Miranda
Diretor Presidente

Clayton de Souza Malheiros
Diretor Financeiro

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2017

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1°, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Alphaville - Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n° 161, 12º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.574.594/0001-96 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.A., referentes às Demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 06 de março de 2018.

Iuri de Araújo Miranda
Diretor Presidente

Clayton de Souza Malheiros
Diretor Financeiro

BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A.

31 de dezembro de 2017

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. reuniu-se 7 vezes no ano de 2017, quando discutiu os riscos das áreas, os controles internos implantados e os planos de ações em andamento.

O Comitê de Auditoria aprovou o planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna e supervisionou seu desempenho.

O Comitê de Auditoria discutiu com os auditores independentes a estratégia de auditoria e acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos.

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ao mesmo tempo, recebeu as referidas demonstrações financeiras e as discutiu com os auditores independentes. Ao final do processo, o Comitê de Auditoria conheceu e debateu a minuta do relatório dos auditores independentes.

Com base nas informações e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 02 de março de 2018.

Guilherme de Araújo Lins
Coordenador do Comitê de Auditoria e Conselheiro

Marcelo Dodsworth Penna
Membro do Comitê e Conselheiro

Guy Almeida Andrade
Membro do Comitê Especialista Financeiro